



Ensaios acerca da imprensa na cidade do Rio Grande

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES
LUCIANA COUTINHO GEPIAK
MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA**

78



UNIVERSIDADE
AbERTA

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Ensaios acerca da imprensa na cidade do Rio Grande





CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves
Luciana Coutinho Gepiak
Marcelo França de Oliveira

Ensaios acerca da imprensa na cidade do Rio Grande



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2024

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Marcelo França de Oliveira

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Ensaio acerca da imprensa na cidade do Rio Grande
- Autores: Francisco das Neves Alves; Luciana Coutinho Gepiak e Marcelo França de Oliveira
- Coleção Rio-Grandense, 78
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2024

ISBN – 978-65-5306-043-2

CAPA: Leitura de jornais na cidade do Rio Grande (BISTURI. Rio Grande, 15 jan. 1893)

SUMÁRIO

A imprensa e os trabalhadores na cidade do Rio Grande: dois breves estudos de caso / 11

Francisco das Neves Alves

A vulnerabilidade social na cidade do Rio Grande e o papel da imprensa feminina / 45

Luciana Coutinho Gepiak

Breves apontamentos sobre a origem e a trajetória do *Rio Grande do Sul* - o primeiro jornal castilhista da cidade do Rio Grande / 77

Marcelo França de Oliveira

A imprensa e os trabalhadores na cidade do Rio Grande: dois breves estudos de caso

Francisco das Neves Alves*

No contexto sul-rio-grandense, a cidade do Rio Grande foi detentora de uma das mais relevantes atividades jornalísticas, com uma ampla diversificação em meio a seus periódicos, ocorrendo inclusive espaço para uma especialização. Nesse sentido, circularam folhas impressas dos mais variados gêneros e, dentre elas, aquelas que se especializaram por fazer valer os interesses de determinados grupos socioeconômicos, vindo a ser editadas publicações voltadas aos proprietários, aos industriais, aos colonos estrangeiros, aos diferentes grupos religiosos, às lojas maçônicas,

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

entre outros. Em tal contexto, se manifestou também um periodismo que buscava dar vez e voz à classe trabalhadora.

Por meio da imprensa periódica, os trabalhadores expressaram alguns dos pressupostos fundamentais de uma consciência de classe mais claramente definida, através da qual eles estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas. Estabelecia-se, assim, uma espécie de consciência de identidade dos interesses da classe trabalhadora, enquanto contrários aos de outras classes¹. Tal consciência no seio dos trabalhadores ampliava-se com base em uma identidade de interesses, até tornar-se uma questão comum a toda classe, passando a fortalecer os mecanismos de associação² e suas lutas por transformações nas sociedades, envolvendo suas esperanças e desesperanças e até a alternância entre passividade e ativismo na execução de seus enfrentamentos³. A partir dos jornais era então desenvolvida uma consciência crítica, promovida por meio de um trabalho complexo, articulado e graduado, envolvendo dedução e indução combinadas, lógica formal e dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho, baseada no concreto, no real e na experiência efetiva, resultando assim em um jornalismo essencialmente

¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 304 e 411.

² BOTTONMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 76.

³ HOBSBAWM, Eric J. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 246 e 248.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

ideológico⁴. Nessa linha, esta pesquisa apresenta dois breves estudos de caso acerca das inter-relações entre os trabalhadores e a imprensa periódica, na cidade do Rio Grande da virada dos Oitocentos aos Novecentos.

A imprensa operária

Além de constituir o mais importante entreposto mercantil na conjuntura sul-rio-grandense, a cidade do Rio Grande viria a passar também por surtos de industrialização, a partir dos quais haveria também o recrudescimento do operariado na urbe portuária. Nesse quadro, entre os derradeiros anos do século XIX e o início da centúria seguinte, surgiram as primeiras manifestações de uma imprensa operária em tal cidade. Com pronunciamentos e propostas diferenciados em relação a maior parte dos jornais de então, essas folhas, ligadas a alguma forma de organização dos operários, recuperavam e analisavam as informações, servindo como instrumento de conscientização e mobilização⁵. Esses periódicos refletiam as primitivas formas de organização dos trabalhadores na cidade, utilizando a imprensa como órgão de divulgação de suas aspirações e defesa de suas causas, bem como para entabular as primordiais lutas pelos direitos trabalhistas.

⁴ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 174 e 179.

⁵ Conforme: FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988. p. 6.; e FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 105.

Com base na experiência adquirida no movimento do associativismo, nas desilusões relativas que decorreram do fracasso de possíveis aproximações entre as classes, na consolidação do capitalismo e no desenvolvimento de novas indústrias, bem como nas novas formas de domínio de classe e de opressão, geradas a partir do crescimento urbano, foram produzidas transformações significativas no posicionamento de boa parte dos dirigentes e dos principais quadros da militância associativa operária. Da convergência de tais fatores com eventos exteriores ao movimento associativo adviriam mudanças radicais que a imprensa operária depressa viria a exprimir. Já nas últimas décadas do século XIX, o operariado havia passado por uma multiplicação numérica significativa o que levaria à edição de uma imprensa específica sobre os seus problemas e dedicada em exclusivo à defesa dos seus interesses próprios⁶.

Nessa linha houve um significativo progresso da imprensa operária e a feição primordial dos periódicos operários estava orientada por duas preocupações centrais, ou seja, a doutrinação em torno da libertação operária e o apoio às lutas de tal classe, quer defendendo a sua justeza, quer lançando campanhas de ajuda material e moral. Nesse sentido, os operários passavam cada vez mais a aperceber-se da importância fundamental dos periódicos como instrumentos de sua organização e da sua luta. A necessidade que o movimento operário reconheceu de desenvolver a sua

⁶ OLIVEIRA, César. *Antologia - imprensa operária portuguesa (1837-1936)*. Lisboa: União Geral de Trabalhadores; Perspectivas & Realidades Artes Gráficas, 1984. p. 12-13.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

imprensa própria era acentuada pela crescente hostilidade que enfrentava dos jornais mais conservadores. Apesar de a incipiente organização operária não comportar ameaças diretas ao poder político, chegaria a haver um incremento no receio pelos abalos que as lutas operárias estavam a provocar no plano social⁷.

Na cidade do Rio Grande, um dos primeiros periódicos dessa natureza foi *A Razão* que se auto-intitulava “órgão dos fracos”. Era uma publicação semanal de quatro páginas ao custo de 1\$000 por mês, que circulou por oito meses, entre 1895 e 1896⁸. Contava com “colaboradores diversos” e tinha por gerente Arthur Mesquita e como redator-chefe Antônio Guedes Rodrigues Coutinho⁹.

⁷ TENGARRINHA, José Manoel. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Editorial Caminho, 1989. pp. 240-241 e 244.

⁸ Conforme: PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: Ed. da UFGRS; FAPERGS, 1989. p. 76.

⁹ Antônio Guedes Coutinho foi “‘o mais complexo exemplo de militante da classe operária gaúcha nos anos iniciais de sua formação’. Português de nascimento (13 de novembro de 1868), desembarcou no Brasil em 1886 na cidade de Pelotas. Em 1893, mudou-se para Rio Grande, onde participou da fundação da União Operária (1895), do jornal *Echo Operario* (1896) e do Partido Socialista (1899)”. SCHMIDT, Benito Bisso. Antônio Guedes Coutinho: o cotidiano e as ideias de um militante operário no Rio Grande da virada do século. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande, Ed. da FURG, 1993. p. 109.

Na edição de 1º de maio de 1895, *A Razão*, publicou um número comemorativo ao dia “1º de Maio”, considerado como “gloriosa e imperecível data”, explicando os motivos da publicação:

Em homenagem à data gloriosa, que sintetiza a futura emancipação dos fracos, damos hoje *A Razão* (...). Pensamos que com isto folgarão os nossos leitores, pois procuraremos elevar-nos à altura do princípio que representamos, não deixando passar despercebido o dia 1º de Maio.

Em nome da “União Operária”, que tão operariamente soube auxiliar-nos e em nome da fraternidade operária universal, saudamos os nossos irmãos em lutas, enviando-lhes daqui um viva entusiástico.

Nessa mesma edição, aparecem ainda diversos textos homenageando o “1º de Maio” e uma programação das festividades organizadas para aquele dia¹⁰, pela União Operária, associação criada em 1895, com o intento de congregar os operários, na cidade do Rio Grande. Em uma das matérias, o periódico fez uma verdadeira conclamação para que o operariado lutasse pelas transformações sócio-políticas da sociedade:

Por momentos, suspendamos (...) as ferramentas do nosso trabalho. Basta de

¹⁰ Sobre as festividades em torno do 1º de Maio, no Brasil daquela época, observar: PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Origens do 1º de Maio no Brasil*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1981. p. 53.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

escravagismo; silêncio ao egoísmo e trabalhemos ardorosamente para o nosso levantamento social e político! Batalhemos para que caiam por terra os opressores das nossas liberdades e direitos! Com sacrifício, com miséria mesmo, oponhamos fanaticamente à marcha da burguesia que nos pretende amordaçar. Meditemos no porvir, elevemos a nossa sacrossanta causa ao ponto mais elevado do dever! Trabalhemos com constância para conseguirmos o sufrágio universal, pois daí virá a nossa salvação. Sem isso, nunca seremos nada! Unamo-nos como um círculo de ferro, em redor da União Operária, que é o centro da nossa resistência, porque será impenetrável!

O periódico convocava os trabalhadores a bradar “vivas” ao “dia da Festa do Trabalho”, ao “baluarte dos operários - a União Operária” e à “próxima vitória do proletariado”. Incitava-os, ainda, a continuar a “entusiástica luta” por: “8 horas de trabalho! 8 horas para dormir! 8 horas para descansar e instruir-nos!”. A *Razão* circulou até o segundo semestre de 1896, quando seu redator-chefe fundou um outro periódico dos trabalhadores, o *Echo Operario*.

O *Echo Operario* foi fundado a 5 de julho de 1896, tendo sido publicado regularmente até 1899 e, após uma interrupção circulou novamente em 1901¹¹. Em princípio

¹¹ Conforme: PETERSEN, 1989. p. 37. e GUIA PRELIMINAR DE FONTES PARA O ESTUDO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL (1889-1945). Porto Alegre, Ed. da UFRGS, Fundação de Economia e Estatística, 1986. p. 148.

foi semanal, passando a quinzenal (14 maio 1899) e suas quatro páginas custavam 1\$000 mensais. Tinha por lema: “Trabalhadores de todo o mundo uni-vos! Não mais deveres sem direitos, nem direitos sem deveres!”. O jornal apresentou-se como “órgão da União Operária” (1896), “órgão da classe operária” (1897) e “órgão do Partido Socialista” (desde 1º maio de 1898). Teve Antônio Guedes Coutinho como proprietário, vindo, a partir de 1897, a informar ser “propriedade de uma associação”. Coutinho atuava ainda como redator e diretor, contando também com Ângelo Caldonazzi, como gerente, e Luiz Gonçalves de Castro, como noticiarista.

Diferentemente de boa parte da imprensa dos trabalhadores, que à época, circulava com tendências “anarcossindicalistas”¹², o *Echo Operario* tinha uma orientação predominantemente socialista¹³. O jornal enaltecia “as teorias científicas do grande Carlos Marx”, considerado como “o maior talento econômico do século, o mais sábio e profundo sociólogo conhecido”. Segundo a folha, aquelas teorias haviam “vencido, pela lógica e razões indestrutíveis do mestre”, os princípios do liberalismo clássico. Da obra de Marx, o periódico destacava “a monumental luta de classes, descoberta nas

¹² Conforme: FERREIRA, M.N., 1988. p. 7.

¹³ Edgar Rodrigues destaca que o periódico trazia “como lema agitar a questão social e defender os trabalhadores. A orientação predominante dos responsáveis pelo jornal era um socialismo emanado da Segunda Internacional. Todavia, evoluiu de forma razoável para o doutrinamento e para a propaganda de um socialismo universalista, sem fronteiras”. Citado por PETERSEN, 1989. p. 38.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

leis da história” e a “moderna teoria do valor, baseada na razão”. Para a folha rio-grandina, as ideias de Marx constituíam uma “ciência que só favorecia o proletariado” (ECHO OPERARIO, 5 set. 1897). No *Echo Operario*, o socialismo assumia características dogmáticas e doutrinárias:

O socialismo [é o] princípio sagrado por nós defendido por convicção e pelo qual sacrificaremos a própria vida se assim for preciso. (ECHO OPERARIO, 18 set. 1897)

A falta de uma doutrina é um dos nossos maiores males, porque conserva-nos entregues a uma ignorância voluntária dos nossos direitos de cidadãos. (ECHO OPERARIO, 10 out. 1897)

Nessa linha, o jornal pretendia “que o homem produzisse em comuna e que vivesse em boa harmonia com todos os seus semelhantes”, não dependendo “de uns exploradores usurários que lhe chupavam a última gota de sangue” (ECHO OPERARIO, 14 ago. 1898). Defendia, na mesma edição o “coletivismo”, como a forma ideal de organização das sociedades:

O coletivismo é a forma mais racional, lógica e exequível do mundo, onde todos trabalharão e gozarão conforme as suas forças e aptidões, certos de que ninguém viverá a custa do seu esforço. (...)

Não haverá propriedade individual imóvel, porque é esta a desgraça das nações. (...)

Livres como a natureza, os homens só terão leis que regularizem as obrigações mútuas de

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

respeito e deveres que são necessários à estabilidade dos povos.

Eis o que é o coletivismo tão temido pelos ladrões do povo trabalhador, tão ignorado por estes, tão odiado pelos que vivem sem nada fazerem de útil e gozam como quem produz.

Cada um com o que produzir, nada de homens inúteis, nada de profissões que não interessem à humanidade. Cada aptidão aplicada em benefício próprio e geral.

O *Echo Operario* revelava os desacertos e desencontros que já surgiam entre as incipientes organizações que visavam a reunir os trabalhadores, representadas, nesse caso, em 1896, pela rio-grandina União Operária e pela pelotense Liga Operária¹⁴. O jornal, pelas próprias ligações que possuía com a primeira associação, tomou partido da União Operária,

¹⁴ Foot Hardman e Victor Leonardi fazem referências às duas organizações: "As primeiras associações que, no Rio Grande do Sul, conseguem sair do marco do mutualismo, aparecem por volta de 1890 no porto do Rio Grande e em Pelotas. Três anos antes, em 1887, um Congresso Operário já havia se reunido em Pelotas. Desse Congresso resultou a criação da Liga Operária de Pelotas. Na verdade, apesar do nome, tal reunião não havia sido propriamente um congresso da classe operária, pois dele haviam participado, além dos assalariados, artesãos e pequenos fabricantes de calçados. (...) Já na cidade do Rio Grande (...), registrava-se a existência de uma União Operária, que afirmava possuir oitocentos associados. Dirigia greves e mantinha um montepio, uma escola e uma cooperativa". HARDMAN, Foot. & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. São Paulo, Ática, 1991. p. 235.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

considerando necessário “salvar a dignidade do operariado pelotense”, que estaria “sendo ridicularizado com o espalhafato da Liga”, por causa da aproximação desta com “os membros da burguesia”. Já a União Operária era apontada como o “baluarte formidável que se preparava para as conquistas dos direitos conculgados dos filhos do trabalho”. Segundo o periódico a associação rio-grandina, em dois anos, conseguira avanços consideráveis no que se referia à instrução, ao socorro mútuo e à cooperação coletiva, através do estabelecimento de colégios, montepíos e armazém cooperativo (ECHO OPERARIO, 20 set. 1896).

Quanto à política, o *Echo Operário* denunciava os governantes pela “indiferença criminosa com que olhavam os interesses do povo” e questionava de que serviam “os governos às classes operárias, senão de algemas” que impediam a estas de “se moverem livremente em defesa dos seus direitos” (ECHO OPERARIO, 12 set. 1897). O modelo eleitoral vigente no país era visto pelo jornal como “a mentira do sufrágio universal dos regimes burgueses”, uma vez que “nunca representava a verdade do povo” (ECHO OPERARIO, 8 mar. 1898). Mesmo condenando as “eleições burguesas”, o periódico recomendava o comparecimento às urnas, para que o “cidadão livre, ativo e consciencioso” sufragasse “o nome de um concidadão em quem reconhecesse capacidade, correção e lealdade” (ECHO OPERARIO, 28 ago. 1898). Desse modo, a folha chegou a promover a campanha de candidatos socialistas em eleições locais.

Como os demais pequenos jornais, o *Echo Operario* passava por dificuldades para manter a sua circulação, mesmo assim, procurou investir em

aprimoramentos tipográficos para melhor satisfazer os leitores, embora argumentasse que a sua publicação não objetivasse lucros:

Apesar das muitas dificuldades e exíguo número de assinantes, resolvemos aumentar o formato [do periódico] para melhor servirmos aos nossos favorecedores e a causa que defendemos. Não queremos enriquecer (...) a custa do jornal, basta que ele tenha assinantes para pagar a sua despesa, razão porque, aumentará conforme as assinaturas que tiver. (ECHO OPERARIO, 20 set. 1896)

A situação da folha para garantir a manutenção de sua publicação tornou-se ainda mais difícil a partir de maio de 1899, quando deixou de cobrar a assinatura, anunciando: “esse jornal não se vende, subscrição voluntária, cada um dá o que pode”. Nessas condições, o jornal logo revelaria os graves obstáculos à sua sobrevivência:

... só nós sabemos o quanto custa sustentar um jornal que não vive de adular ninguém e que defende interesses de quem não tem com que pagar a defesa (...). Vive esse jornal da vontade de meia dúzia de socialistas dedicados que, à custa de todos os sacrifícios, querem sustentá-lo. [Porém] não podemos duvidar de que, de um momento para o outro, esses abnegados operários sejam obrigados, por falta de saúde ou de trabalho, a declarar que não podem dispor da quantia com que concorrem para a manutenção do único jornal que os defende em qualquer terreno. (ECHO OPERARIO, 14 maio 1899)

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Na edição de 1º de maio de 1901, o periódico apresentava-se como “defensor das classes trabalhadoras em geral”, “absolutamente independente” e “sempre verdadeiro”, reiterando a que tipo de público ele intentava se direcionar:

As legiões anônimas que durante trezentos e sessenta e quatro dias despendem sua força muscular no labor insano das fábricas, oficinas e campos; os milhões de ignorados que gastam suas energias vitais na luta tirânica da conquista do pão quotidiano; os servos modernos do capital explorador que agrilhoa constantemente ao posto aviltante do salário; os párias, enfim, da sociedade capitalista, que vivem oprimidos ao jugo infamante das leis iníquas que servem de base à atual organização social.

O *Echo Operario* chegou a abrir espaços para seções literárias ou de divulgação teatral, porém, o que predominava amplamente na sua linha editorial era o caráter doutrinário no ensinamento dos preceitos socialistas e as campanhas de conscientização e mobilização dos trabalhadores. Com esses intentos, marcou presença junto à imprensa rio-grandina nos últimos anos do século XIX e início do XX.

Ainda nos anos de 1904 e 1906, circulou no Rio Grande, como “órgão do Clube Socialista”, *O Proletario*¹⁵, um jornal de quatro páginas que se considerava o “defensor das classes trabalhadoras”, não identificado os responsáveis pela sua edição. Adotava por lema a frase:

¹⁵ Conforme: PETERSEN, 1989. p. 75.

“Operários! Vós sois pequenos porque estais de joelhos. Levantai-vos”. Anunciava-se como quinzenal, porém revelava as dificuldades em manter uma circulação constante, avisando, já no cabeçalho: “sai quando pode”. Nessa linha, justificava que a sua publicação devia-se “aos esforços de dois ou três dedicados companheiros”, que pretendiam, “embora com sacrifício”, manter a sobrevivência da folha (*O PROLETARIO*, 28 jan. 1906).

Também de tendência socialista, a folha explicava que as precárias condições sociais dos operários deviam-se à “tirania capitalista”:

Sabemos que a nossa pobreza se explica pela constante exploração de que somos vítimas, enquanto que a riqueza e o desperdício de muitos não são explicáveis e têm quase sempre raízes lavadas no sangue ou na desonra. (*O PROLETARIO*, 28 jan. 1906)

O maior intento de *O Proletario* era mobilizar os trabalhadores, buscando afastá-los da “apatia” e despertá-los da “letargia”, conscientizando-os da necessidade da “existência de sociedades operárias que educassem o trabalhador nas doutrinas da verdade, encaminhando-o para a emancipação social”. Julgava-se, assim, como detentor de uma importante função, ainda mais “numa cidade como Rio Grande”, na qual, segundo o jornal, “tanta falta fazia um defensor sincero dos trabalhadores” (*O PROLETARIO*, 28 jan. 1906).

Nesse quadro, a imprensa operária na cidade do Rio Grande deu os seus primeiros passos, durante a virada dos Oitocentos aos Novecentos. Através de uma linha editorial diferenciada com relação aos demais

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

jornais e com um público bastante específico, os periódicos vinculados ao operariado representaram um dos poucos setores, dentro da pequena imprensa rio-grandina, que ainda conseguiriam garantir certo espaço de sobrevivência, durante parte do século XX. Com o papel essencial de incentivar o espírito de associação, promover a organização e estimular a conscientização de classe, por meio de esclarecimentos quanto ao seu papel diante das estruturas dominantes, os operários tiveram no jornalismo uma de suas armas de luta política.

As atividades jornalísticas dos caixeiros

A comunidade rio-grandina encontrou no comércio a mola propulsora que lhe trouxe um significativo desenvolvimento econômico e, a partir dele, também houve progressos no campo demográfico, socioeconômico e cultural. Nesse quadro, na conjuntura do jornalismo rio-grandino, deu-se a gênese de uma imprensa ligada aos trabalhadores, trazendo à tona as reivindicações e a defesa dos interesses desses. Tal jornalismo visava a repensar as formas novas de organização da sociedade, correspondendo às exigências sociais, que surgiam ou se definiam com maior clareza¹⁶. Esse jornalismo vinculado aos interesses dos trabalhadores foi um dos típicos representantes da pequena imprensa da cidade do Rio Grande de então.

No início do século XX, a cidade do Rio Grande constituía uma das mais importantes no contexto

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 350.

estadual, contando com um progressivo crescimento quanto às atividades mercantis e fabris, em condições que proporcionaram o surgimento de uma imprensa operária, a qual demarcava posições e defendia os interesses do nascente operariado rio-grandino. Um outro segmento dentre os trabalhadores ligado à atividade preponderante junto à comunidade, o comércio, também se manifestaram por meio do periodismo. Eram os empregados que vendiam ao balcão e/ou os que entregavam nas casas as mercadorias compradas, em síntese, os caixeiros, que também se lançariam nas lides jornalísticas, fazendo publicar seu próprio periódico, a partir de 1901, através da folha *A Lucta*.

Os caixeiros buscaram organizar-se desde a década de noventa do século XIX, repetindo uma conduta que demarcava a ação dos trabalhadores de então, através da criação e organização de uma associação. Essas associações de trabalhadores constituíam um grupo de indivíduos que se unem para uma finalidade específica e se mantêm coesos graças a procedimentos, rotinas e também sanções que aceitam e aprovam de forma consciente e racional, ou seja, eram congregações que constituíam grupos organizados para a realização de um interesse ou grupo de interesses comuns¹⁷. Nessa linha, eles fundaram, em maio de 1895,

¹⁷ RIOS, José Arthur. Associação. In: SILVA, B. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/MEC, 1987. p. 90.

A organização dos caixeiros, a exemplo das associações operárias, mas guardando diferenças para com estas, buscava estabelecer certas garantias para estes, como bem define

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

o Clube Caixeiral, no salão de honra da Intendência Municipal. Em seguida, no entanto, tal Clube passou por uma séria crise, tendo em vista as dissensões internas que praticamente levaram ao fechamento da associação. Somente a gestão de 1900-1901 levaria à reabertura do Clube e à retomada das atividades que se estenderiam pelas décadas seguintes (A LUCTA, 30 mar. 1902 e 3 maio 1902).

Nesse contexto, *A Lucta* foi fundada como “órgão do Clube Caixeiral”, tendo circulado a partir de 1901. Com quatro páginas, ao custo de 3\$000 trimestrais, era dirigida pro João Crisóstomo de Freitas, que se dedicou largamente às atividades jornalísticas em diferentes periódicos citadinos. O jornal voltava-se a

Beatriz Loner ao referir-se às associações de trabalhadores da virada do século: “Eram associações com múltiplas finalidades e normalmente marcadas pelas divisões étnicas ou profissionais que, naquele momento, assumiam um papel importantíssimo frente aos indivíduos, mas todas elas traziam impressas as marcas da luta contra a exclusão social, da luta pela integração e sobrevivência naquela sociedade, cumprindo várias funções ao mesmo tempo, num reconhecimento de que, se as necessidades eram muitas e os recursos poucos, as entidades precisavam desdobrar-se, ampliando a quantidade de serviços que ofereciam aos seus sócios. A construção da identidade da classe trabalhadora vai passar, inevitavelmente, por estas entidades, pois são elas as responsáveis pela congregação daqueles conjuntos diferenciados e múltiplos de indivíduos e sua organização, segundo modelos e formas que vão variar ao longo do tempo, mas que têm em comum, o caráter de resposta e afirmação daquele setor, grupo ou categoria, frente à sociedade”. LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. da UFPEL/Rede Unitrabalho, 2001. p. 94.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

defender os interesses dos caixeiros rio-grandinos que se reuniam no Clube Caixeiral, considerando estar:

destinado a ser o lábaro da causa sacrossanta de nossa liberdade coagida pela mal compreendida ganância de muitos senhores patrões que, escravizando os caixeiros, até aqui indefensos, usurpam-lhes as horas destinadas ao estudo e à diversão do espírito, acabrunhado pelas agruras dos trabalhos da semana. (...) *A Lucta* é a atalaia do nosso Clube e (...) será implacável e rija como a morte para o patrão que se tornar tirano. (A LUCTA, 16 fev. 1901)

De acordo com a sua linha editorial, o periódico publicava informes sobre as atividades dos caixeiros, além de possuir uma “Seção oficial” destinada à publicação de atos da diretoria do Clube ao qual estava ligado. Também apareciam seções destinadas à literatura e à recreação, anunciando também a Biblioteca do Clube, à disposição dos caixeiros. Revelando as dificuldades da época na busca de organizar-se uma associação entre trabalhadores, *A Lucta* prevenia aos seus “consócios, cujos patrões proibissem” a assinatura do jornal, que os mesmos poderiam “procurar os seus exemplares (...) no recinto do Clube” (A LUCTA, 16 fev. 1901).

Na edição de 3 de maio de 1903, o jornal comemorava os oito anos de existência do Clube Caixeiral, considerando que o mesmo fora “lançado indecidamente na arena da sociedade como uma pedra modesta”, tomado “proporções agigantadas de um monumento grandioso, esculturado no granito da força de vontade e da união” e cujo “progresso” era, naquele momento, “patente aos olhos de todos”.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

A formação do Clube Caixeral teve por inspiração fundamental o espírito de congregação entre os pares nas atividades mercantis. Segundo os formadores da associação era “incontestável, e isso provam-no de sobejos todos os documentos históricos até hoje coligidos, o alto valor moral e material das agremiações de classes no seio das sociedades humanas”. Afirmava-se, nesse sentido, que “fundar uma associação de classe, quando essa classe até então não tivera a mínima noção da solidariedade, não se apercebia dos meios de congregar-se”, era tarefa árdua, pois “fazer de centenas de almas dispersas, sem amparo, à mercê do destino, uma entidade, uma agremiação com leis, programas, um lábaro de aspirações elevadas e estímulos nobres é realmente uma obra altruística, de real merecimento”. Destacava-se ainda que o Clube Caixeral fora “lançado indecidamente na arena da sociedade, como uma pedra modesta”, tomando “proporções agigantadas de um monumento grandioso, esculturado no granito da força de vontade e da união” e cujo “progresso”, tornara-se “patente aos olhos de todos” (A LUCTA, 3 maio 1907, 3 maio 1904 e 3 maio 1903).

Duas décadas após a fundação do Clube dos caixeiros, a proposta de associação se mantinha, porém, se tornava mais ambiciosa, tendo por intento a ampliação da mesma, agora em âmbito estadual, e até nacional. Diante disso, era questionado: “Por que motivo de alta relevância não se realiza no Rio Grande do Sul a federação dos clubes caixeirais e das associações dos empregados do comércio”, como um “ponto de partida para uma federação mais vasta, em todo o Brasil, das sociedades congêneres?”. Essa proposição era

considerada como “o marco de uma nova entrada e o início de uma nova era de prosperidade”, uma vez que urgia “sair do terreno do mutualismo bairrista para uma atmosfera mais ampla, em cujo seio possa respirar toda a classe no Estado e, depois, no Brasil”. Na defesa da proposta, os caixeiros declaravam que “uma classe desunida pode ser numerosa, mas será sempre um joguete nas mãos alheias, nunca poderá erguer a cabeça nem firmar os alicerces da sua independência”; de modo que “a união fará a força, a federação fará a independência”¹⁸ (A LUCTA, 3 maio 1915).

Ao completar um ano de existência, *A Lucta* renovava seus objetivos de estar “consagrada à defesa dos interesses do pujante Clube Caixeiral”, continuando, “sem esmorecimentos, sempre firme no programa traçado”, cumprindo “o dever a que se impôs, tal seja o de enfrentar com os obstáculos que a nossa causa tem encontrado, mas que tem sabido superar” tendo em vista a “energia não só dos nossos argumentos como à boa vontade e a união dos valentes e denodados romeiros do nosso visível progresso”. A folha anuncjava ainda que continuaria “intransigentemente no desempenho de seu árduo, mas salutar programa, altiva aos insultos irrompidos do despeito e impassível aos votos” dos “que desejam o seu completo desaparecimento”, de

¹⁸. Na perspectiva dos caixeiros, com a proposta da federação concretizada, ninguém viria “a menosprezar uma classe em que há todos os elementos de sucesso pleno: mocidade, alegria, saúde, robustez, patriotismo, ideais, esperanças, aspirações, desejo de glória, lealdade, amor ao trabalho e, sobretudo, ilusões”.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

maneira a “não encontrarem censor aos atos irrefletidos e pouco compatíveis que por acaso possam cometer” (A LUCTA, 30 mar. 1902). Esse discurso mais radical viria, progressivamente, a ser suavizado ao longo dos anos seguintes do jornal.

Mais tarde, o jornal dos caixeiros explicava que suas páginas sintetizavam “o espírito da classe caixeiral”, constituindo-se no “porta-voz de todas as aspirações, o fogo onde irradiam todas as ideias que possam trazer o progresso e o engrandecimento do Clube”. Destacava também a sua missão de “estereotipar o que se passa em nosso edifício, as ideias que se contradizem e as aspirações que se desenvolvem”, dando-as “a compreender aos consócios, amoldadas a uma linguagem fácil, sem pretensões de estilo alambicado”. Posteriormente, a tiragem da *Lucta* começaria a ficar mais irregular, decidindo-se, após um interregno por colocá-la junto ao público em ocasiões especiais: “depois de um relativo período de silêncio a que nos impôs circunstâncias perfeitamente explicáveis de reorganização” voluntária, “com o fim de melhor atingirmos ao nosso desiderato, aparece novamente em caráter comemorativo este jornal” (A LUCTA, 13 mar. 1904 e 3 maio 1907).

A periodicidade da folha tornava-se então bem mais espaçada, assumindo a feição de demarcar as datas festivas, notadamente aquela que lembrava a fundação do Clube Caixeiral. Nesse sentido, em 1908, anunciamava-se que “A *Lucta* aparece em edição comemorativa, para que, passada a nossa data, fique ela lembrando a cada um de nós o cumprimento desse dever de fraternidade que tanto nos tem elevado e tanto vai felicitando a nossa classe”, no momento, “respeitada nos seus direitos e

acatada nos seus ideais". Bem mais tarde, renovava-se o caráter alusivo da publicação: "Aparecendo hoje em número especial comemorativo do 20º aniversário da fundação do Clube Caixeiral, de que é a voz oficial, *A Lucta* saúda cordialmente a imprensa digna desta terra", bem como "os nossos valorosos coirmãos deste Estado, aos quais nos prendem estreitos laços de amizade" e ainda "aos de todo o Brasil, aos quais estamos implicitamente ligados pela solidariedade da luta pelo mesmo ideal" (*A LUCTA*, 3 maio 1908 e 3 maio 1915.).

Ao adotar o dístico "órgão do Clube Caixeiral", *A Lucta* propunha-se a ser a voz dessa instituição e, de acordo com essa linha editorial, publicava informes sobre as atividades dos caixeiros, além de possuir uma seção oficial, destinada a publicar os atos da diretoria e das assembleias do Clube. Também apareciam seções destinadas à literatura e à recreação. Além da informação e do entretenimento, o jornal buscava incentivar o enriquecimento intelectual de seus leitores, apresentando matérias culturais, e, neste quadro, ao longo de algumas de suas edições publicou, por exemplo, uma série de artigos sobre o "descobrimento" do Brasil e a recente comemoração do quarto centenário desta data¹⁹.

Ainda nos primeiros tempos, revelando as dificuldades do momento na busca de promover a organização de associações de trabalhadores, os editores

¹⁹ ALVES, Francisco das Neves. O quarto centenário do "descobrimento" sob o prisma da imprensa: breve estudo de caso. In: ALVES, F. N. (org.). *Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 167.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

preveniam aos sócios que, caso os patrões proibissem a assinatura do jornal, os exemplares deste estariam à disposição no recinto do Clube. A proposta inicial de circulação da folha era mensal, porém esta viria várias vezes a ser modificada, tendo em vista as dificuldades impostas à sua publicação, uma vez que a sua distribuição era gratuita entre os sócios do Clube sem que, portanto, houvesse entrada de valores que pudessem financiar o projeto.

Na *Lucta* eram publicadas todas as atividades executadas pelos sócios do Clube Caixeiral como as festividades nas datas comemorativas, compostas normalmente por atuações artísticas de bandas e teatrais, almoços e jantares, discursos, desfiles, recepção a visitantes, assembleias festivas e bailes, entre outros. Um elemento enfaticamente divulgado na folha era a biblioteca do Clube, a qual estava à disposição dos sócios, em uma tentativa de incentivo à cultura, através do incremento à leitura. Ainda aparecia como uma das preocupações expressas no jornal, a questão da instrução dos caixeiros, vista como uma possibilidade ímpar de crescimento individual e coletivo.

O periódico também divulgou algumas campanhas promovidas pelos caixeiros, como as quermesses, as quais visavam a arrecadar fundos para a aquisição de um prédio próprio, como a ocorrida em 1903 que, apesar de ter sido noticiada uma ótima frequência de público no evento, não chegou a atingir sua finalidade, tanto que, em 1907, a diretoria notificava sua intenção de promover uma exposição com o objetivo de ampliar o patrimônio, de modo a obter-se os recursos para a aquisição de um edifício próprio para a associação (A LUCTA, 9 ago. 1903, 13 mar. 1904 e 3 maio 1907).

O teatro era outra das incumbências concernentes à associação dos caixeiros, tendo sido fundado, em 1902, o seu “grêmio dramático”, corporação composta “puramente de associados”, sendo “relevantíssimos os serviços que ela nos tem prestado”, através do entretenimento e enriquecimento cultural, “além dos saraus ordinários efetuados em favor deste Clube” e da realização “de outros em benefício de algumas viúvas que se têm achado em precárias condições”. No mesmo ano, anunciava-se a criação de uma orquestra que serviria de apoio ao grêmio dramático. As atividades teatrais passaram então a ser tema recorrente nas páginas da *Lucta*, divulgando as peças encenadas, destacando o jornal que “o nosso grêmio dramático continua com o mesmo entusiasmo, compenetrando-se da sua bela missão”, ou seja, “proporcionar aos nossos consócios agradáveis momentos de distração”. Na mesma época, apontava a folha para a existência, junto ao Clube de uma banda musical que “tem feito notáveis progressos, deliciando os nossos sócios com as suas harmonias” (A LUCTA, 30 mar. 1902 e 9 ago. 1903). Era o caráter lúdico contribuindo na coesão e persistência em direção ao espírito de associação.

Outro tema constante nas páginas da *Lucta* eram as reivindicações dos caixeiros, na maioria das vezes ligadas ao debate quanto aos dias de funcionamento, mormente nos domingos e feriados, e aos horários de abertura e fechamento do comércio. Essas discussões revelavam a falta de garantias dos caixeiros quanto aos seus horários de trabalho e dias de folga, passando, ao longo de vários anos, por idas e voltas a definição quanto ao assunto. Em 1902, ficava

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

demarcada a reação diante da intenção do Intendente em promover a abertura das casas comerciais nos domingos e feriados, formando-se várias comissões para combater o projeto. No mesmo ano, o jornal reivindicava o fechamento das lojas comerciais às vinte horas, permitindo assim que o caixeiro pudesse se dirigir ao Clube para receber instrução. Em agosto de 1903, o debate voltava à baila, argumentando-se que “o fechamento das portas aos domingos e dias feriados da República é uma necessidade sob todos os pontos de vista”. A solução definitiva, no entanto não era obra fácil, tanto que, em 1906, a diretoria anunciava que estava cuidando “seriamente de regularizar o fechamento das portas de casas comerciais aos domingos e feriados”; e, mais ainda, já em 1915, permanecia a discussão sobre o “fechamento de portas”, debatendo-se horários e dias e reivindicando-se com a afirmação: “O descanso do caixeiro é uma necessidade social, patriótica e humana” (A LUCTA, 30 mar. 1902, 3 maio 1902, 9 ago. 1903, 3 maio 1906 e 3 maio 1915.).

Ao organizar-se em associação que visava a defender seus interesses e direitos, os caixeiros seguiram alguns preceitos de outras sociedades do mesmo tipo. Segundo *A Lucta*, um dos exemplos utilizados para a criação da sua agremiação na cidade portuária fora o Clube Caixeiral da vizinha cidade de Pelotas, chegando a afirmar que “Afirmava a folha que “o Caixeiral de Pelotas é o nosso modelo e o nosso estímulo” (A LUCTA, 3 maio 1904). Além disso, o jornal também publicou uma matéria sobre um congresso de caixeiros ocorrido em Portugal e do qual foram tiradas algumas propostas consideradas fundamentais no campo das reivindicações dos praticantes da caixeiragem. Dentre essas proposições

estavam as de: desenvolver o princípio associativo entre a classe; proteger os empregados comerciais em geral e particularmente os associados; procurar desenvolver a instrução entre a classe, incitando-a ao estudo e criando aulas em todas as associações; instar junto ao governo e às grandes empresas para auxiliarem as escolas mantidas pelas associações; estudar as mais instantes necessidades da classe; tratar do emprego e da transferência dos sócios e ajudá-los no desemprego, sempre que possível; diligenciar para estabelecer oportunamente bolsas de trabalho e caixas de socorros junto às associações; representar ao poderes públicos sobre os assuntos da classe e do comércio; reclamar dos poderes públicos como urgente necessidade uma legislação sobre o descanso semanal, uma regularização do horário de trabalho no comércio, a criação de um tribunal privativo da classe comercial (empregados e patrões), e a fiscalização rigorosa da higiene nos estabelecimentos comerciais (A LUCTA, 3 maio 1904).

A identidade e a consciência de classe e as reivindicações dos caixeiros não chegavam a se coadunar com a do operariado em geral e eles próprios faziam questão de destacar isso. Como exemplo simbólico de tal perspectiva ficou demarcado o fato de que enquanto os movimentos operários elegeram o 1º de Maio, o “Dia do Trabalho”, como a sua data máxima, os caixeiros escolheram o 3 de Maio, o dia da fundação do Clube Caixeiral, como a sua data comemorativa. Segundo tal tendência, o 3 de Maio representava, “na história da vida caixeiral, o ponto de partida para a cruzada das nossas aspirações liberais e dos nossos interesses coletivos”, tendo surgido “como uma aurora fulgente para a mocidade rio-grandense”. Ainda sobre a

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

data da fundação, era declarado que ela era “festiva e gloriosa”, despertando para os brasileiros “entusiasmos sadios”, bem como, para os caixeiros, lembrava “a formosa reconquista da nossa mais cara aspiração”. Ela era considerada também como “a mais faustosa, a mais ressonante, a máxima entre as maiores nos anais da nossa agremiação”, pois ela “demonstra que o sentimento da solidariedade entre o caixeiro não é uma expressão vã, mas um impulso generoso” (A LUCTA, 3 maio 1902, 3 maio 1904, 3 maio 1906 e 3 maio 1908).

A exclusão quanto ao movimento operário ficava clara quando, em uma edição de 1915, mais uma vez, era feita uma alusão ao 3 de Maio, momento em que *A Lucta* parabenizava os proletários quanto ao 1º de Maio. Noticiava o jornal que “o mundo operário comemorou a 1º do corrente o Dia do Trabalho, a página mais bela do contingente humano”, e que, “como órgão do Clube Caixeiral, envia, pela passagem da significativa data, vivos parabéns às classes proletárias do Rio Grande” (A LUCTA, 3 maio 1915). A falta de identidade quanto aos demais trabalhadores, notadamente em relação ao operariado, não se limitava, no entanto, ao simbolismo das datas comemorativas e ia bem mais além, envolvendo questões de fundo social.

Um dos elementos que diferenciava as atitudes do operariado e as dos caixeiros, segundo a própria *Lucta*, estaria ligado às formas pelas quais cada segmento reivindicava e buscava fazer valer os seus direitos. Nesse sentido, a folha declarava que “os caixeiros souberam reivindicar direitos seus, sem ofensas, sem acrimônia, sem agravos”, de modo que “os patrões modificaram os velhos processos em que a sua autoridade ia até o despotismo”, porém, essa

“modificação operou-se lentamente, por uma evolução que encerra, num longo período de trinta anos, lições de moral profissional de alto valor”. Essa trajetória, considerada como “suave” de luta era comparada com a forma “abrupta” e “subversiva” pela qual se comportava o proletariado em suas ações, destacando que “as reivindicações socialistas” constituíam “um programa político de tal forma temível que já produziu greves sanguinolentas, as reações armadas, a revolução, enfim” (A LUCTA, 3 maio 1906).

Nesse sentido, A *Lucta* definia que as formas de combate de caixeiros e operários eram diametralmente diferentes. Afirmava a folha que “uma luta francamente declarada contra as classes superiormente constituídas”, conforme o modelo proposto pelo operariado, “seria demasiada imprudência” e “acarretaria sobre nós as explosões de ódios sopitados e as antipatias daqueles mesmos que, não tendo pontos de vista antagônicos conosco, concedem-nos o apoio moral que nos conforta” (A LUCTA, 3 maio 1907). Essas posições estavam em pleno acordo com a gradual perda do caráter intransigente das iniciais manifestações do periódico e da crescente suavização de suas construções discursivas. Esse processo estava intimamente ligado às formas pelas quais os caixeiros rio-grandinos analisavam as suas modalidades práticas de reivindicação, as suas relações com a classe patronal e as possibilidades que eles vislumbravam quanto às formas de ascensão social.

A esse respeito, o jornal explicava que ia “longe, felizmente, a época em que o caixeiro era um instrumento do patrão e este uma espécie de tirano”, que exercia “sobre os abnegados colaboradores da sua propriedade uma influência dura e inflexível”. E

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

prosseguia, comentando que tudo estava mudado, pois “o meio social em que nos agitamos é outro, os costumes têm sofrido modificações profundas” e “o caixeiro já não é o instrumento insignificante” e “nem o patrão é a entidade feita de pedra que as crônicas e a tradição nos pintam com as cores negras da rispidez anacrônica”. Segundo a folha era de conciliação o espírito que passara a reger as relações entre patrões e empregados, uma vez que, “aqueles e estes estão hoje ligados pelo princípio da solidariedade, são elementos que se completam no seio do comércio”. A publicação destacava ainda uma certa igualdade entre os dois segmentos, declarando que “hoje os caixeiros têm a sua associação de classe onde o patrão com eles comunga na conquista de regalias que há trinta anos eram verdadeiras utopias” e “onde uns e outros se encontram alegremente, em afetuoso convívio”, em atividades “que nivelam os homens sem amolecer a energia dos elos que o respeito mútuo mantém apertados” (A LUCTA, 3 maio1906).

Quanto às possibilidades de ascensão social, *A Lucta* argumentava que “já se vai o tempo em que a carreira comercial era presa da rotina e o refúgio dos ineptos, dos incapazes, de qualquer outra função”, já que, “hoje, e para diante ainda mais, ela requer um preparo especial” e uma série de conhecimentos “que é preciso saber manejar com grande rapidez e facilidade, para agir desembaraçadamente em face da competência cada vez mais acirrada”. Diante dessa conjuntura altamente competitiva anunciada, o jornal vaticinava que, “como na luta pela vida, a vitória inquestionavelmente caberá aos mais fortes, isto é, aos mais bem preparados”. Segundo a folha, as perspectivas de avanço social seriam formidáveis, destacando que “os

caixeiros de hoje serão os patrões de amanhã, e, para que o possam ser com proveito para si e para o país é preciso que se preparem", ou seja, tornava-se necessário que "não os colham de surpresa as novas condições e exigências sempre crescentes da carreira que abraçaram" (A LUCTA, 3 maio 1908).

O estudo de exemplares remanescentes do jornal *A Lucta* permite o reconhecimento de alguns fragmentos das vivências dos caixeiros na cidade do Rio Grande. Seu espírito associativo, suas atividades profissionais, organizacionais, lúdicas e culturais, suas reivindicações e seus conflitos internos. De um discurso mais radical, propondo-se ao confronto, a folha dos caixeiros passaria, progressivamente, a uma atenuação de suas manifestações, tendendo à conciliação, refletindo-se nessa mudança de posição, as visões desse segmento social a respeito das relações patrão-empregado, das modalidades de lutas reivindicativas e das formas e possibilidades de ascensão social, consideradas diversas em relação às de outros segmentos dentre os trabalhadores.

Dessa maneira, diferentemente de outras folhas do mesmo gênero, que se destinavam a diversos ramos dentre os trabalhadores, *A Lucta* visava a atender exclusivamente aos caixeiros, profissão de considerável importância em uma cidade notadamente comercial como o Rio Grande. No contexto do mundo do trabalho rio-grandino, os caixeiros deixavam evidente que sua identidade de classe era diferenciada em relação à dos demais trabalhadores, mormente no que tange ao operariado. Essa exclusão/inclusão dos caixeiros em relação ao campo dos trabalhadores se devia à sua visão diferenciada quanto às posições ocupadas na pirâmide

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

social, apresentando um pensamento elitista, a seu modo, ou seja, identificando-se como um segmento que, dentre os trabalhadores, estaria em um nível superior, por exemplo, em relação ao proletariado em geral.

Nesse quadro, os caixeiros através da *Lucta* construíam uma identidade para o trabalho sob um prisma diferenciado, ou seja, apresentavam-se como trabalhadores qualificados, os quais tinham orgulho de seu trabalho, não se sentindo inclinados a serem confundidos com trabalhadores considerados como não-qualificados ou com aqueles de ocupações incertas e inconstantes²⁰. Refletia-se na sua identidade a posição social da caixeirada, com condições de trabalho e poder aquisitivo superiores ao do proletariado em geral, daí seu elevado conceito para com a figura do trabalho. Na perspectiva desse segmento profissional, o trabalho constituía-se na “página mais bela e sublime do contingente humano”, pois o mesmo “afugenta a miséria, dissipá o vício, combate os erros, sana as dificuldades, vence os obstáculos, fortalece o coração, nobilita e engrandece a alma”. Na mesma linha, afirmava-se que “sem o trabalho, a humanidade feneceria sob o jugo da miséria, do vício e do infortúnio”, devendo-se amar “com ardor o trabalho, emblema sagrado que Deus legou como lenitivo às agruras da humanidade sofredora” (A LUCTA, 3 maio 1915). Algumas das realidades vivenciadas pelos caixeiros, vistas sob a óptica do órgão de seu Clube, *A Lucta*, permitem assim vislumbrar as definições e identidades de classe, os ideais associativistas e as visões

²⁰ HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: Ed. da UnB, 1993. p. 199.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

quanto ao mundo do trabalho, apresentado como motivo de esmero e orgulho, como bem definido ficava no hino da corporação (A LUCTA, 3 maio 1902):

HINO DO CLUBE CAIXEIRAL DO RIO GRANDE

Letra de Ferreira Campos e música de Gastão Santos

Trabalhar! trabalhar! eis a sorte!
Uma voz ao ouvido me diz:
“Se hoje és fraco, amanhã serás forte,
Serás forte, contente e feliz.”

O trabalho as agruras acalma,
E enche a vida de força e vigor.
No trabalho conquista-se a palma,
A ventura, alegria, o amor.

Amanhã!... esse dia fagueiro
Do balcão não me vem arrancar...
Amanhã, é o pobre caixeiro
A lutar! a lutar! a lutar”!

O trabalho é a luta divina,
O mais belo e sagrado dever;
É por ele que Deus nos ensina
As tristezas da vida esquecer.

Mal o dia raiou, para a lida
O dever me vem já despertar
Desses sonhos gentis em que a vida
Tão ditosa se deixa embalar.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Ai feliz do que em berço de arminho
Mil venturas do mundo sonhou.
E, sorrindo, trilhou o caminho
Que jamais o caixearo trilhou!

Assim, desde o final do século XIX e nos primeiros tempos do seguinte, ocorreram as manifestações de uma imprensa dos trabalhadores na cidade do Rio Grande. Com pronunciamentos e propostas diferenciados em relação a maior parte dos jornais de então, essas folhas, geralmente ligadas a alguma associação que congregasse as classes laboriosas, recuperavam e analisavam as informações, servindo como instrumento de conscientização e mobilização. Tais publicações refletiam as primitivas formas de organização dos trabalhadores na cidade, utilizando a imprensa como órgão de divulgação de suas aspirações e defesa de suas causas, bem como para entabular as primordiais lutas pelos direitos trabalhistas. O jornalismo vinculado aos trabalhadores consistiu um dos poucos representantes da pequena imprensa que manteve a circulação durante os Novecentos, quando a concentração das atividades jornalísticas praticamente levara à extinção dessas iniciativas de caráter quase que artesanal. Nesse sentido, ao lado do grande jornalismo empresarial, essa imprensa panfletária, com seus intentos de organização e conscientização, continuaria marcando a sua presença, prestando serviços que, em maior ou menor escala, contribuíram para a

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

arregimentação de forças dentre os trabalhadores em torno de determinados ideais em comum²¹, pois, por meio dos periódicos, eles buscavam desenvolver uma “autoconsciência coletiva”, de modo que “suas instituições” adquirissem “uma singular resistência” e, suas categorias sócias obtivessem maior “ressonância”, de modo que tais edições viriam a converter-se “num campo de batalha de classe”²².

²¹ ALVES, Francisco das Neves. A gênese da imprensa dos trabalhadores na cidade do Rio Grande (1895-1906): breve estudo de alguns fragmentos. *Histórica*. n. 3. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1998. p. 89 e 98.

²² THOMPSON, p. 438-439.

A vulnerabilidade social na cidade do Rio Grande e o papel da imprensa feminina

Luciana Coutinho Gepiak*

Na virada do século XIX ao XX, a situação de vulnerabilidade social tornava-se uma realidade cada vez mais concreta, tendo em vista a afirmação do modelo capitalista de produção e de exploração do trabalho. Este contexto envolve diferentes períodos que marcam formas de atendimento também diferenciadas à questão social. Na época imperial e na República Velha, houve praticamente um abandono governamental em relação à assistência social e, só a partir dos anos 1930, algumas modificações iriam acontecer. Assim, houve um convívio com momentos em que “o pauperismo se tornara um portento” (POLANYI, 1988, p. 119), e à medida que crescia a população urbana, “a propagação do pauperismo acompanhava o avanço das relações capitalistas de produção” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 157).

A situação dessa massa era das piores, sem qualquer garantia de conseguir trabalho, ou, se o obtivessem, não havia qualquer legislação que os

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande.

amparasse. No caso brasileiro, “assim como em outros países no hemisfério ocidental, negros, mulheres e crianças recebiam um dos piores tratamentos” e “o governo tratava o pobre urbano primordialmente como fonte de desordens, doenças perigosas, força muscular e bucha de canhão”, de modo que, diante disso, “a polícia se concentrou mais especificamente na repressão” (HAHNER, 1993, p. 199, 283, 286).

Havia então uma conjuntura em que a ajuda “cada vez mais solicitada, com o agravamento do pauperismo e da ‘questão social’, e de bom grado se teria confiado” parte dessa missão “à compaixão das mulheres, habituais protetoras dos pobres e aflitos” (PERROT, p. 1998, 111). A cidade do Rio Grande, que se consolidou com as atividades comerciais, teve ainda vários surtos de desenvolvimento industrial, passando também por etapas de êxodo rural e crescimento da população empobrecida que, sem apoio estatal, teve de contar com outras formas de assistência. Nesta cidade várias senhoras se reuniram para formar um clube benéfico e, dentre elas, duas notáveis representantes da literatura, do jornalismo e da Escrita Feminina riograndense.

Apesar de todos os obstáculos que lhes foram antepostos, reproduzindo um fenômeno histórico em escala mundial, o Brasil do século XIX e primeiras décadas do seguinte serviu de palco para a difusão da Escrita Feminina, com a eficaz ação de mulheres escritoras que atuaram ao longo do território nacional. Esse fenômeno também ocorreria ao sul do país, na sua mais meridional província, depois estado, do Rio Grande do Sul. Tendo de enfrentar os preconceitos e a situação de predomínio pleno do modelo patriarcal,

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

ainda mais arraigado, além do conservadorismo social sulino instaurado, essas intelectuais não mediram esforços para difundir seus escritos, constituindo a imprensa o principal veículo de divulgação. Nos quadros sul-rio-grandenses, a cidade do Rio Grande teve um papel cultural fundamental. Fundada ainda à época colonial, foi a primeira povoação portuguesa instalada no Rio Grande do Sul, desempenhando uma função militar-estratégica decisiva na expansão lusa em direção à região platina. Com o passar do tempo, a localidade viria a transformar-se no mais importante entreposto comercial sulino, servindo seu porto para comercializar o charque, base econômica gaúcha, e receber importações de toda ordem. A partir das atividades mercantis, a cidade portuária se afirmaria como uma das principais no contexto provincial/estadual, atingindo um progresso econômico que acarretaria também uma importante evolução cultural. No século XIX e primeiras décadas do XX, a cidade possuiu um Gabinete de Leitura, que se transformaria na Biblioteca Rio-Grandense e esta instituição contou com a circulação de uma diversificada imprensa, que incluía o jornalismo noticioso, político, comercial, literário, satírico e humorístico e teve a ação de diversos clubes, com finalidades socioculturais. Além disso, esse ambiente foi propício para o aparecimento de uma ativa intelectualidade, incluindo entre ela as representantes da Escrita Feminina.

Em tal conjuntura, deu-se a ação de duas das mais importantes escritoras brasileiras dos Oitocentos e decênios iniciais dos Novecentos, as irmãs Melo. A mais velha, Revocata Heloísa de Melo, nasceu em 1853, na capital gaúcha, Porto Alegre, mas, ainda criança passou

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

a morar na cidade do Rio Grande, onde atuou ao longo de toda a sua vida, que se estendeu até 1944. A mais jovem tinha por nome de batismo, Julieta Nativa de Melo, nascida em 1855, na cidade do Rio Grande, e passando a chamar-se, após o casamento, Julieta de Melo Monteiro, denominação pela qual ficou mais conhecida em sua carreira que também se desenvolveu na localidade portuária, até a sua morte, em 1928.

Como era comum à época, as irmãs Melo tiveram uma ação intelectual diversificada, atuando como professoras, jornalistas, poetisas, cronistas, contistas, memorialistas, polemistas e teatrólogas. No que tange às atividades jornalísticas, colaboraram com vários periódicos de diversas localidades brasileiras e no exterior, preferencialmente os de natureza literária, mas também em noticiosos, políticos e caricatos, entre outros. Em termos de produção bibliográfica, Revocata de Melo publicou *Folhas errantes* (1882) e Julieta Monteiro, *Prelúdios* (1881), *Oscilantes* (1892), *Alma e coração* (1898) e *Terra Sáfara* (edição póstuma, 1928). Além disso, ambas desempenharam uma significativa ação conjunta, chegando a publicar em coautoria *Coração de mãe* (1893) e *Berilos* (1911) (FLORES, 1999, p. 350-351; SCHMIDT, 2000, p. 306-319, 892-897; SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 308, 477-478, 485; COELHO, 2002, p. 314, 564-565; FLORES, 2011, p. 464).

Associando a atuação literária com a jornalística, Revocata e Julieta tiveram um papel significativo na expressão da Escrita Feminina, principalmente no Rio Grande do Sul, mas com uma atuação que se estendeu pelo Brasil e até no contexto internacional. Os “textos de autoria feminina se distinguem dos demais por possuírem um tom, uma dicção, um ritmo, uma

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

respiração” própria, incorrendo em um universo com tendência intimista (BRANCO, 1991, p. 13-14), refletindo a conjuntura que cerca as autoras, pois esse tipo de escrita traz em si “contextos histórico-culturais e sociais específicos”, na elaboração da “produção literária” (MINGOCHO, 2005, p. 8). Vencendo uma “fronteira de prestígio difícil de ultrapassar, por causa da resistência em aceitá-las como tais”, as escritoras se antepuseram às “dificuldades de reconhecimento”, de modo que, “apesar de tudo, as mulheres transpuseram essa barreira” e, “nos séculos XIX e XX conquistaram a literatura” (PERROT, 2015, p. 97-99).

Elas mostraram-se “dispostas a transpor as barreiras do preconceito” (PRADA, 2010, p. 28-29) e “conseguiram trabalhar em jornais, escrever periodicamente”, trabalhando “com seriedade e objetivos de perenizar a obra de suas contemporâneas e criar uma obra própria” (MUZART, 2011, p. 24). O caminho por elas “traçado revela a ousadia no ultrapassar de múltiplas barreiras” e, além disso, “o reconhecimento granjeado” por elas “junto de pares resulta do empenho e esforço empreendidos ao longo da carreira” para a qual se dedicaram. Ocorria então “uma conquista que surgiria aos olhos das mais jovens mulheres”, que passam a torná-las na condição de “modelo e precursora” (LOUSADA, 2012, p. 111).

A produtiva carreira das duas escritoras sul-riograndenses trouxe-lhes um significativo reconhecimento intelectual a partir de suas produções bibliográficas e, especialmente, pelas suas atividades como editoras de periódicos. Julieta de Melo Monteiro fundou e redigiu a *Violeta*, que circulou entre 1878 e 1879, tendo a irmã Revocata de Melo como a principal colaborada, vindo tal

periódico a constituir uma das primeiras manifestações da imprensa feminina no contexto gaúcho, promovendo um intercâmbio com praticamente todas as demais províncias brasileiras e até mesmo com o exterior. Posteriormente, em 1883, Revocata fundou o *Corimbo*, dividindo com a irmã Julieta a redação do periódico, que se tornou um dos mais longevos representantes da imprensa feminina brasileira, sendo editado até 1944.

Estes jornais corresponderam à conjuntura na qual “assistiu-se ao surgimento de uma infinidade de jornais e revistas dedicados à mulher e à família”, constituindo um “tipo de imprensa” que “dividiu com a leitura de romances e folhetins a esfera privada e íntima na qual vivia a maior parte do público feminino” (PRIORI, 2016, p. 9, 296). Tais “publicações genuinamente feitas de ‘mulher para mulher’ servem de termômetro para aferir os costumes de uma época”, uma vez que “retratam os paradigmas vigentes” (COSTA, 2012, p. 390). Como “publicações periódicas destinadas a mulheres e consumidas majoritariamente por elas”, estas edições têm “um papel importante na emancipação feminina” (LAMAS, 1995, p. 20), pois, “o espaço ocupado na imprensa pelas mulheres servia ao propósito de estimular e convocar para a batalha pela emancipação de outras irmãs” (LOUSADA, 2010b, p. 42).

Por meio de seus escritos, Revocata de Melo e Julieta Monteiro, além de conquistarem notoriedade literária e jornalística, lançaram mão de tal reconhecimento intelectual para defenderem determinadas bandeiras de luta. Como escritoras engajadas, a maior frente de combate das mesmas foi a da emancipação feminina, lutando por um novo lugar social para a mulher, a qual deveria ser promovida por

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

meio da educação. Elas tiveram também um fortíssimo embate de natureza política, colocando-se na oposição ao modelo ditatorial que dominou o Rio Grande do Sul por quase toda a República Velha, batalhando pelas causas das liberdades públicas e individuais. As preocupações de cunho social também constituíram outra das bandeiras de combate das irmãs Melo, como foi o caso da atuação antiescravista, promovendo a campanha pela liberdade dos cativos através de seus textos e mesmo fundando uma agremiação abolicionista. Também no campo social, Revocata e Julieta lutaram contra as mazelas da sociedade, encampando a causa dos desvalidos e participando de entidades que promoviam atividades assistenciais que amenizassem os drásticos efeitos da pobreza.

Esta ação engajada das duas escritoras vinha ao encontro do sistema de conexões por elas promovido, principalmente por meio da imprensa e em meio ao público feminino, uma vez que, “nesta floração de mulheres escritoras”, elas não se encontram “isoladas umas das outras, mas, pelo contrário, formam uma espécie de rede feminina” que “mantém vínculos com os outros centros do país” (SOARES, 1980, p. 145). Ocorre então uma série de relações “visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual” (BOURDIEU, 1989, p. 65-66). O conjunto destas inter-relações é “constituído no interior do campo ideológico de que faz parte”, levando em conta “as visões em perspectiva do campo intelectual ou político” (BOURDIEU, 2007, p. 186, 190). Especificamente em termos de imprensa, “a influência do campo jornalístico sobre os campos de produção cultural se exerce essencialmente através da intervenção de produtores culturais situados entre o campo

jornalístico e os campos especializados”, de modo que tais “‘intelectuais-jornalistas’ se servem de seu duplo vínculo” para atender às “exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro”, com base em sua “autoridade intelectual” (BOURDIEU, 1997, p. 111). O engajamento das irmãs Melo, como intelectuais, literatas e jornalistas, em torno das causas sociais, teve na ação do Clube Beneficente de Senhoras um de seus pontos altos.



Figura 1 – As irmãs Melo, Julieta (à esquerda) e Revocata (à direita)

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

A proposta de criação de uma entidade de apoio aos desvalidos, principalmente as mulheres, foi levada a efeito em agosto de 1901, com o anúncio de que nos salões de um clube da cidade seria “instalado o Clube Beneficente de Senhoras, elegendo-se, então, a sua primeira diretoria” (*Diário do Rio Grande*, 2 ago. 1901, p. 2). Havia uma comissão organizadora que convidou “a todos quanto se interessam por essa humanitária ideia a tomar parte na assembleia”, que se realizaria a 4 de agosto. Tal comissão contava “com a assistência das ilustres senhoras que se inscreveram nas listas distribuídas por diversas pessoas e associações”, ainda com a expectativa de que as ditas listas fossem “remetidas até o dia da reunião convocada” (*Diário do Rio Grande*, 3 ago. 1901, p. 3).

A maior preocupação era a de que “a iniciativa abrangesse um número bastante elevado de moradores através da livre adesão às listas de interessados em participar da nova associação caritativa que se lançava”. No contexto daquela mesma época, “entre agosto de 1900 e setembro de 1901, foram criados dezenove clubes benéficos, federados ao Clube Central de Porto Alegre”, vindo a surgir no Rio Grande do Sul as entidades dessa natureza nas localidades de Porto Alegre, a precursora, Palmeira das Missões, Montenegro, São Sebastião do Caí, São Leopoldo, Jacuí, Santa Maria, Jaguari, São Borja, Bagé, Cruz Alta, Rosário do Sul, Jaguarão, Alegrete, Quaraí, Itaqui, Pelotas, Rio Grande e Uruguaiana (LAGES, 2011, p. 4).

A realização da sessão fundadora da instituição foi noticiada pela imprensa, com a informação de que, “na sala principal da Sociedade Instrução e Recreio, realizou-se a assembleia geral das senhoras inscritas

para constituir, nesta cidade, o Clube Beneficente". As "excelentíssimas senhoras escolhidas para compor a primeira diretoria do referido Clube", tiveram seus nomes, depois de eleitos, recebidos "acaloradamente, por entre bravos e palmas" (*Diário do Rio Grande*, 6 ago. 1901, p. 2). A lista era formada por oito senhoras, dentre as quais figuravam Julieta de Melo Monteiro, como 1^a secretária, e Revocata Heloísa de Melo, como oradora. Em seguida, a nova gestão informou sobre os atos para a Associação Beneficente de Senhoras de Porto Alegre (*Artista*, 5 out. 1901, p. 2).

Na ocasião, representantes do jornalismo local saudaram a investidura da nova diretoria, ressaltando o papel da entidade recém-fundada, "como elemento de força em prol da caridade". Na mesma linha, um publicista presente se dizia "nunca indiferente às manifestações de entusiasmo pelas boas causas", ao saudar "a novel e utilíssima associação". Em seguida, deu-se o encerramento da sessão, "por entre aclamações festivas a tão humanitário grêmio" (*Diário do Rio Grande*, 6 ago. 1901, p. 2).

Durante o segundo semestre de 1901, com participação ativa das irmãs Melo, houve a preparação das regras estatutárias que regeriam a nova instituição de caridade²³. A redação final dessa organização estatutária foi aprovada em assembleia de 9 de dezembro de 1901, ficando caracterizada a entidade "pela valorização e pelo melhor desenvolvimento da mulher em sociedade, e em suas diretorias, assembleias e atos que importassem em decisões", nas quais "só

²³ Todas as citações elaboradas a partir dos ESTATUTOS DO CLUBE BENEFICENTE DE SENHORAS.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

deveriam estar presentes mulheres" (LAGES, 2011, p. 4). Dessa maneira, em tais determinações ficava expressa a exclusividade feminina na gestão e na atuação do Clube.

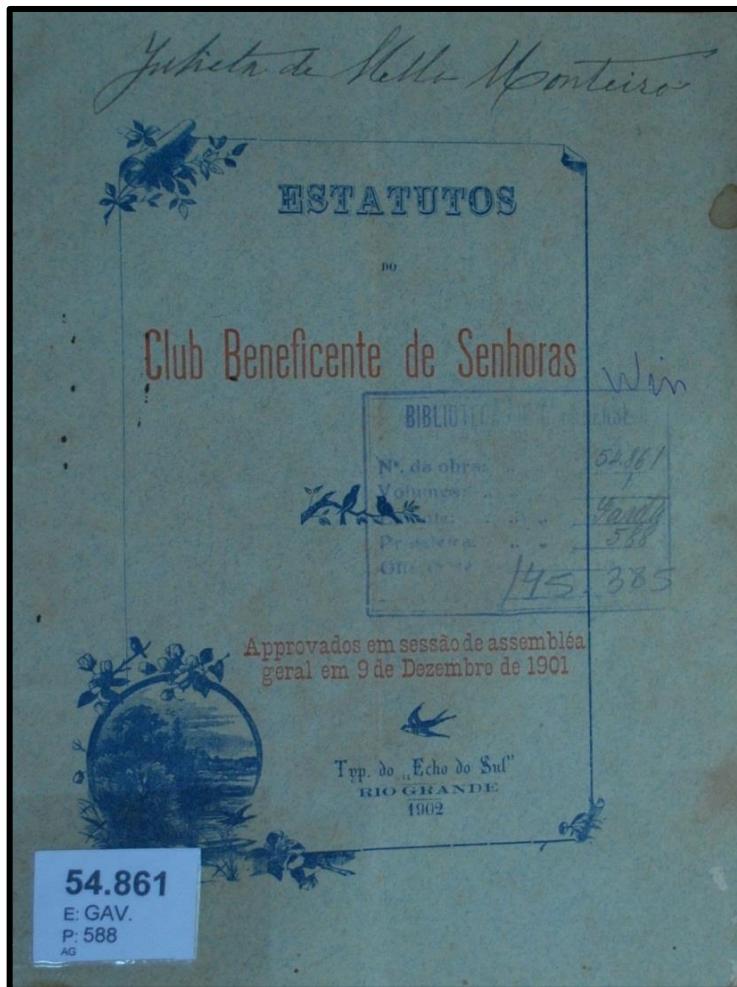


Figura 2 – Capa dos Estatutos do Clube Beneficente de Senhoras autografado por Julieta de Melo Monteiro

Desde sua criação, o Clube se definia como uma associação, localizada na cidade do Rio Grande, tendo como “fim principal a prática da caridade”. Ficava estabelecido que, além do caráter beneficente, “as reuniões para fins recreativos e instrutivos também serão realizadas”. Revelando seus vínculos com uma entidade maior que servia para congregar os clubes espalhados pelo Estado do Rio Grande do Sul, a instituição riograndina apresenta as suas “obrigações para com a Grande Associação de Senhoras na capital”, a cidade do Porto Alegre. A partir dessa constatação, ficava expresso que “o Clube tem por obrigação corresponder-se com a Grande Associação”, assim “igualmente por dever, remeter anualmente à Grande Associação, a importância de 50\$ como auxílio à formação do patrimônio da mesma”.

Quanto à organização das reuniões do Clube, era estabelecida a existência da Assembleia Geral, a qual era formada pelas “sócias que, em número nunca menos de vinte, compareceriam à hora indicada no local das sessões”. Tal Assembleia tinha por competência a de “tomar conhecimento do estado da sociedade por meio de um relatório minucioso que lhe será apresentado pela Diretoria, em sessão ordinária anual”. Ainda cabia à Assembleia “tratar e resolver sobre todo e qualquer assunto que interessar à sociedade” e “eleger a Diretoria por maioria de votos”. Ficava estabelecido também que a Assembleia Geral deveria ser “convocada ordinariamente uma vez por ano, trinta dias antes da data da fundação do Clube” e, de maneira extraordinária, “toda a vez que a Diretoria julgar necessária”.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

O ingresso no Clube Beneficente de Senhoras, na qualidade de sócias, poderia ser na natureza de “efetivas”, ou seja, aquelas “que contribuírem com mensalidades, frequentarem as sessões e tomarem parte nas deliberações do Clube”; de “beneméritas”, em referência aquelas “que fizerem importantes donativos ao Clube, ou lhe prestarem relevantes serviços”; e de “honorárias”, aquelas “que residindo fora da sede, continuarem a auxiliá-lo”.

A administração do Clube se dava por meio de uma Diretoria, “eleita anualmente pela Assembleia Geral das sócias efetivas”, vindo a ser composta de uma presidente, uma vice-presidente, uma secretária, com uma adjunta, uma tesoureira, com uma adjunta, e uma oradora. Para auxiliar a Diretoria era prevista a existência de “tantas comissões de beneficência, quantas forem necessárias”. A Diretoria se reunia em “sessões econômicas e sessões magnas”, as primeiras assistidas pelas diretoras e suas auxiliares, e as outras com o comparecimento de todas as sócias, efetivas ou não. Apareciam como deveres da Diretoria, os de “levar a efeito quermesses, concertos e outros benefícios a bem dos fins do Clube”; de “promover tudo quanto for mister para que o Clube preencha de modo o mais completo, os seus fins”; e o de “levar a efeito todos os trimestres uma reunião instrutiva por meio da palavra e de leituras úteis”. Estas “preleções” de instrução cabiam a “qualquer sócia que desejar” e “pessoas alheias ao Clube”, desde que convidadas pela Diretoria.

As sócias do Clube assumiam como compromissos, o de “aceitar os cargos e comissões para que forem designadas”; o de “guardar o maior sigilo sobre os benefícios feitos pela sociedade”; o de

“concorrer com as mensalidades estipuladas pelo Clube”; e o de “comparecer às sessões para que forem convocadas”. No que se refere à elegibilidade, só seriam “elegíveis para os cargos da Diretoria, as sócias que estejam quites com a tesouraria”.

Os Estatutos determinavam também as atribuições de cada um dos membros da Diretoria. À presidente cabia “convocar e presidir as sessões da Diretoria, autorizar as despesas necessárias, de acordo com o orçamento” e “assinar com a secretaria, todos os papéis ou documentos que não constarem da correspondência ordinária”. A vice-presidente deveria auxiliar e substituir a presidente, nos seus impedimentos. Os deveres da secretaria eram os de “lavrar as atas das reuniões da Diretoria”; o de “preparar e assinar toda a correspondência do Clube”; e o de “escriturar o livro matrícula geral das sócias”. A secretaria-adjunta tinha por função a de auxiliar e substituir a titular, sendo também incumbida do arquivo e da biblioteca, caso houvesse. As obrigações da tesoureira eram as de promover “a escrituração do livro caixa e auxiliares; arrecadar as rendas do Clube; atender aos pagamentos ordenados pela presidente”; e “apresentar, no fim do ano social, balanço geral com demonstrações”; e a sua adjunta deveria auxiliá-la e substituí-la. Já as incumbências das comissões de beneficência eram a de “informar à Diretoria sobre as pessoas que porventura se acharem no caso de receber auxílios do Clube e efetuá-los conforme a Diretoria liberar”.

Em relação às finalidades do Clube ficava definido que o seu “principal escopo é a prática da beneficência segundo os princípios da moral universal”.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Além disso, “a educação da mulher também preocupará o Clube”, logo que houvesse fundos para tanto, visando a ampliar “o mais possível” esse tipo de assistência.

A estrutura financeira da entidade previa que as rendas seriam originadas da “contribuição mensal de 1\$000 de cada sócia efetiva” de “donativos” e do “produto de quermesses, concertos” e outras atividades. Já as despesas deveriam ser restritas a “aluguel de casa e luzes, trabalho de escrituração, objetos de expediente e selo postal” e “o indispensável ao funcionamento do Clube”. Ficava também detalhado que “os gastos com festas alheias aos fins do Clube correm por conta das sócias”.

No que tange aos debates promovidos em meio à instituição benficiente, “nenhuma sócia poderá tomar a palavra, quer nas sessões da Diretoria, quer nas da Assembleia Geral, sem a ter obtido de quem estiver presidindo os trabalhos”. Em relação a “quem presidir as sessões, só poderá falar sobre os mesmos assuntos no ato de pô-los em discussão, e tão somente para elucidá-los, quando for mister”, ou ainda “quando nenhuma sócia peça a palavra e o mesmo objeto comporte explanação”.

Especificamente quanto à beneficência, havia a previsão de que “a ação protetora e benficiente do Clube só se estende aos limites urbanos da cidade” do Rio Grande, sede da entidade. Ainda quanto à ação fundamental da instituição, a Diretoria deveria organizar “um registro das pessoas a que o Clube tenha de socorrer, dando preferência” para as “senhoras que façam parte do Clube como sócios de qualquer categoria, e que, por circunstâncias extraordinárias, precisem do auxílio do Clube” e para as “senhoras viúvas e as

crianças órfãs desamparadas, que não pertençam ao número dos necessitados que esmolam pelas ruas".

Buscando manter o anonimato dos beneficiados, ficava garantido que não seriam "publicados os nomes das pessoas a quem o Clube fizer benefícios". Os Estatutos também expressavam que o Clube não aceitaria "dedicatórias de espetáculos ou festas que visem a benefícios, cujo produto não seja em proveito de seus cofres". Quanto às "disposições gerais", era previsto que a entidade possuiria "um estandarte com os emblemas da Fé, Esperança e Caridade"; que "todas as sócias têm por dever possuir um distintivo com o emblema da Caridade", que deveria ser usado "em todos os atos extraordinários do Clube e sempre que tenham de representá-lo"; que o Clube possuiria "um sinete com os emblemas da Fé, Esperança e Caridade", que serviria para marcar toda a correspondência.

O papel das irmãs Melo na idealização e efetivação do Clube Beneficente de Senhoras ficava bem marcado com a presença como redatora de Revocata na Comissão que elaborou o texto prévio dos Estatutos, e de Julieta à frente da presidência, no momento da publicação de tais regramentos.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO
GRANDE

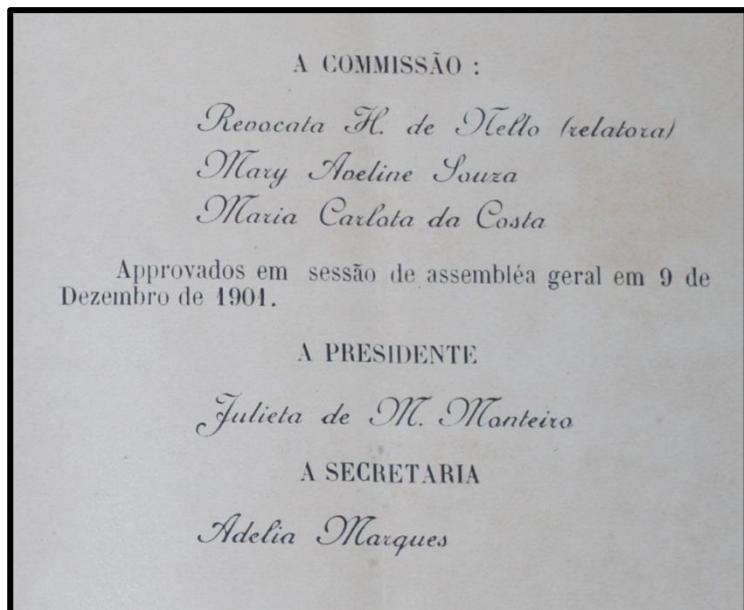


Figura 3 – Última página dos Estatutos do Clube Beneficente de Senhoras

O Clube Beneficente de Senhoras ainda viria a possuir mais dois estatutos, um de 1910 e outro de 1947 e, “durante todos esses anos de funcionamento, a entidade primou por uma ação discreta”, com o respeito ao “princípio bíblico ‘de que uma mão não saiba o benefício que a outra praticou’”. Constituiu assim uma instituição “aberta, ecumênica, em favor da mulher, sem vinculação a ideologias, partidos ou religiões, abrangendo como sócias pessoas de diferentes atividades” e contando “com abnegadas, que fizeram os ideais estatutários tornarem-se realidade”. As tantas colaboradoras que se seguiram “possibilitaram a consolidação da entidade”, mantendo a causa da

assistência. O Clube recebeu a doação de um terreno, havendo ampla ação diretiva com o objetivo de buscar donativos, conseguindo erguer um prédio próprio, em 1921 (LAGES, 2011, p. 4).

Ao longo da atuação do Clube, o papel da mobilização feminina permaneceu incontestável, e, durante suas vidas, Julieta de Melo Monteiro e Revocata de Melo, tiveram uma ação relevante em prol da entidade, tanto ao comporem a Diretoria, o que ocorreria por mais algumas vezes, quanto em suas ações sociais e intelectuais. O *Corimbo*, que contou com as irmãs à frente de sua redação, teve um papel importante na divulgação das atividades da entidade, bem como na motivação pública em torno das suas causas²⁴. Essa ação das duas escritoras chegou a contar com o reconhecimento da instituição, ao elegera a “ilustrada redação” do periódico como “sócio benemérito” da entidade.

²⁴ Trata-se aqui do destaque às repercussões nas páginas do *Corimbo* da ação do Clube Beneficente de Senhoras ao longo de seus trinta anos iniciais. Não ocorre, entretanto, um levantamento integral, pois as diversas interrupções que sofreu o periódico e as grandes falhas nas coleções existentes (uma das maiores nos anos vinte) permitem apenas uma rápida amostragem destas repercussões.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE



Figura 4 – Diploma do Clube Beneficente de Senhoras em homenagem à redação do *Corimbo*

A interação entre as literatas e jornalistas, por meio do periódico que redigiam, com o Clube Beneficente de Senhoras, demonstrava a amplitude da entidade ao longo das várias localidades sul-rio-grandenses, como ao noticiar a criação da instituição na vizinha cidade de Pelotas, com a referência ao surgimento do “benemérito e distinto Clube” na localidade, o qual era “composto de gentilíssimas senhoras, e cuja diretoria está ao encargo de um grupo de almas verdadeiramente votadas ao bem, de espíritos abertos a todas as virtudes” e “a todos os dotes que recomendam a mulher” (*Corimbo*, 21 out. 1901, p. 4).

No terceiro ano de existência da entidade, o *Corimbo* demonstrava a relevância da instituição, ao anunciar que, “com verdadeira imponênciam realizou este benemérito grêmio uma sessão comemorativa de seu

aniversário". Informava ainda que "o festival foi abrillantado com imenso auditório", fazendo-se "representar autoridades civis e militares, imprensa e vários clubes locais". Na oportunidade foram reforçados os "altos fins de caridade" do Clube, concluindo o periódico com a constatação de que "a festa do Clube Beneficente de Senhoras esteve agradavelmente impressionável". A nota destacava também que as irmãs Melo permaneciam como membros atuantes, inclusive integrando a Diretoria (*Corimbo*, 15 set. 1904, p. 3).

Em outra ocasião, houve a homenagem das escritoras para com a entidade, ao qualificar a mesma como "benemérita sociedade, cercada das simpatias públicas", ao atuar, "na medida de suas forças, desdobrando sua bandeira de caridade, onde quer que seu auxílio se faça oportuno" (*Corimbo*, 3 out. 1905, p. 7). Deste modo, a redação da folha literária e feminina chegou a afirmar "que as colunas do *Corimbo* estarão sempre" ao lado "do piedoso Clube" na sua "nobilitante missão", fosse "na prática da caridade", ou ainda "no desenvolvimento intelectual de suas associadas" (*Corimbo*, 21 out. 1905, p. 7).

As cordialidades entre o periódico e o Clube eram recíprocas, como foi o caso de um aniversário do *Corimbo*, quando um "grande número de consócias veio à residência das diretoras deste quinzenário", trazendo "afetuosaíssimas saudações e um belo e significativo mimo". No ato foi saudada a ação da Diretoria da entidade, sempre "animada dos mais louváveis intuitos em prol do honroso programa desse piedoso grêmio" (*Corimbo*, 1 nov. 1905, p. 7-8).

As atividades culturais da instituição assistencial também foram noticiadas pelo *Corimbo*, ao referir-se à

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

“sessão educativa e literária do piedoso Clube de Senhoras”, a qual foi caracterizada como “uma diversão de arte, brilhante, encantadora, que ocorreu na melhor ordem e que mereceu os aplausos de todos que a ela assistiram”. Explicitando mais uma vez a mobilização em torno das ações do Clube, o periódico informava que na solenidade esteve “presente grande número de sócias e convidados, alguns representantes da imprensa e comissões de sociedades locais”. Na ocasião foi reiterada a “ação piedosa do Clube de Senhoras” em prol do “meio social” rio-grandino, bem como no sentido “de educar a mulher, de ilustrá-la mesmo, para mais amplo cumprimento de sua alta missão no lar” (*Corimbo*, 30 abr. 1907, p. 1-4).

O sexto natalício do “simpatizado” e “tão útil grêmio de caridade” foi exaltado pelo periódico redigido pelas irmãs Melo, destacando a realização de uma sessão que “revestiu-se de real brilhantismo”. Nessa reunião foram conclamadas “as senhoras, consócias ou não” a amparar o Clube, de maneira a proteger “crescido número de necessitados desta cidade”. Dentre as falas proferidas na sessão, foi levantada “a bandeira sugestiva da grande causa que ora agita-se com ardor nos mais adiantados centros de progresso e civilização - a emancipação da mulher” (*Corimbo*, 18 ago. 1907, p. 5-7).

Com a divulgação das ações da entidade, a revista literária, dava ênfase mais uma vez ao “humanitário e futuroso Clube”, em sua “dignificadora peregrinação de caridade, despertando simpatias e colhendo bônus de gratidão”. O periódico destacava ainda que a instituição era “composta de senhoras imensamente dedicadas às sublimes causas da caridade

e do engrandecimento moral e intelectual da mulher” (*Corimbo*, 30 nov. 1907, p. 4-6).

A própria redação do *Corimbo* também desenvolvia campanhas a favor dos desvalidos, principalmente à época do natal, considerando que tal data era cercada pelas “mais formosas comemorações, que são aquelas em que aparecem as brancas rosas da caridade”. Nessas ações, o periódico se associava às instituições de assistência da cidade, dentre elas o próprio Clube Beneficente de Senhoras, que distribuía importante valora, “demonstrando assim que não descura de sua sublime missão em prol dos necessitados”. De acordo com o jornal, àquele “infatigável Clube foram feitos donativos que bastante testemunham a grandeza de sentimentos, o nobre desprendimento de seus ilustres doadores” (*Corimbo*, 30 dez. 1916, p. 3).

Revocata e Julieta, na redação do *Corimbo* permaneceram divulgando as atividades Clube, como o caso de uma seção que contou com “uma numerosa e seleta assistência de sócias animadas dos mais recomendáveis intutitos” (*Corimbo*, 15 fev. 1917, p. 4). Continuava sendo elogiada a considerável presença de convidados nas ações “do humanitário Clube Beneficente de Senhoras” (*Corimbo*, 15 mar. 1917, p. 4). O aumento do quadro social também foi objeto da atenção do periódico, ao informar “que monta a perto de cem o número de associadas do Clube B. de Senhoras”, felicitando pelo feito a “piedosa instituição” (*Corimbo*, 30 mar. 1917, p. 4).

Outra atitude do Clube foi destacada pelo *Corimbo*, ao informar que “esta benemérita instituição de caridade, mais uma vez deu prova de seus altos

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

sentimentos de humanidade”, ao distribuir “entre inditosas criaturas que lutam o dia a dia com os horrores da crise”, um valor em dinheiro. O periódico explicava que “essas espórtulas que tanto sensibilizaram a quem as recebeu foram dadas com muita justiça e critério”, sendo direcionadas para “pessoas que não recebem mensalmente os benefícios do utilíssimo Clube”, de modo que promoveu o atendimento, “com todo o carinho, às contempladas” (*Corimbo*, 15 abr. 1917, p. 4).

Ao completar década e meia de existência, a entidade recebeu palavras de júbilo de parte do periódico literário e feminino. Segundo o jornal, a “benemérita instituição local, que tantos e tantos benefícios tem feito em nosso meio”, passava pelo seu décimo-quinto aniversário, período no qual “aparecem formosos florões de caridade e dedicação aos desamparados”, ao possuir “à sua frente senhoras cheias de serviços à sublime causa dos necessitados”. O *Corimbo* considerava que a entidade estava “em uma de suas fases de destaque”, pelo aumento no seu quadro social, aderindo ao “piedoso Clube” para “tomar lugar ao lado desses dignos legionários do bem”. Os elogios estendiam-se às integrantes da Diretoria, caracterizadas como “almas cheias de altruísmo, modelares em sua faina pela árdua, embora nobilíssima luta pelo infortúnio alheio” (*Corimbo*, 30 abr. 1917, p. 3).

Em outra edição, o *Corimbo* se propunha a tratar “mais uma vez desta útil e considerada associação local”, salientando os seus “méritos”, que “vêm de há muito, impondo-se ao apreço e à simpatia de todos aqueles que acompanham-lhe a marcha brilhante, fazendo justiça a todo esse grupo de senhoras abnegadas”, que vinha dirigindo a entidade “com

notada dedicação, a despeito mesmo do sacrifício de seus encargos de família e das suas horas de doce recreio". O periódico considerava que a instituição representava "uma coluna abençoada, uma luz vivificadora para os desamparados da sorte, para os peregrinos do infortúnio, para a pobreza enfim". Destacava ainda o caminho da entidade, ao percorrer "longas estradas de agruras", para realizar "uma causa santa, um posto de abnegação e de heroísmo", levantada "como um lábaro de fé e caridade". Desta maneira, garantia que o Clube tinha "direito a todas as honras, a todos os preitos, com que se cultuam os grandes benfeiteiros". O "benemérito Clube" era ainda destacado pela "grandeza de seus sentimentos altruístas", ao promover o sustento de famílias necessitadas (*Corimbo*, 15 ago. 1917, p. 1).

As ações natalinas do Clube voltaram a ser anunciadas pelo periódico, comunicando que a entidade "está organizando uma festa de natal para as crianças pobres", a qual vinha obtendo "do público a melhor aceitação para a piedosa ideia" (*Corimbo*, 15 dez. 1917, p. 4). Realizada a atividade, o jornal noticiou que "o benemérito Clube B. de Senhoras fez uma larga distribuição de doces, brinquedos e fazendas a infinito número de crianças pobres, com o maior carinho e solicitude". Explicitava assim que, ao atender as "criancinhas necessitadas", a entidade vira "belamente coroados os seus esforços em prol do natal dos pobrezzinhos" (*Corimbo*, 30 dez. 1917, p. 3).

Seguiu-se noticiada pelo *Corimbo* outra campanha da entidade, ao citar que "o piedoso e festejado Clube B. de Senhoras", apontado como "uma das instituições locais altamente merecedora de todo esse feliz

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

acolhimento”, como qual o “altruístico público o distingue”, acabara “de reunir à sua já bastante conhecida distribuição de benefícios, um formoso gesto de caridade, ainda não encetado nesta cidade”. Tratava-se da criação do projeto “Gota de Leite”, pelo qual era distribuído diariamente “excelente leite a regular número de crianças reconhecidamente necessitadas”, sendo desempenhada “a missão com todo o carinho e zelo próprio dos magnânimos corações” (*Corimbo*, 31 maio 1918, p. 4).

Em mais um natalício da instituição, o jornal rio-grandino destacava “este simpático e humanitário Clube”, o qual completava dezessete anos, e seguia “com aplauso geral pelos santos caminhos do bem, acarinhando com o seu óbulo” a um “não pequeno número de desoladas e pobres velhas, e acudindo em doce dedicação a não poucas mães rodeadas de infelizes criancinhas”, por meio de “um alentador gesto de caridade”. Esclarecia também que, à frente da Diretoria continuava atuando “um grupo de distintas senhoras da apreciada sociedade rio-grandense” (*Corimbo*, 15 ago. 1918, p. 3).

Já nos anos trinta, o *Corimbo* noticiava a realização de um “magnífico chá” por parte do Clube, que permanecia em sua atividade de assistência, uma vez que, a “bela noitada” teve o “seu produto pecuniário destinado a beneficiar a ‘Gota de Leite’, mantida pelo aludido clube”, constituindo atividade “assistida por nosso escol social” (*Corimbo*, maio 1930, p. 4). Na mesma época, o periódico voltava a enaltecer o papel do Clube Beneficente, ao considerar que o mesmo era “nesta cidade um marco bordado de valiosos atestados de caridade” (*Corimbo*, ago. 1930, p. 4).

No trigésimo aniversário da instituição, já sem a presença de Julieta Monteiro, a redação do *Corimbo* saudou a efeméride, enfatizando o papel social da entidade, com destaque para a ação feminina na edificação daquela já longa atuação. O periódico noticiava desta maneira que o “benemérito Clube” vencera “uma de suas eloquentes estações”, na “luta dignificadora a que se impôs, servindo com indiscutível energia, com abnegação, com carinho à causa santa e elevada da caridade”, vindo a ser “feita justiça” quanto à constatação de que “a mulher é exemplar no terreno do bem” (*Corimbo*, ago. 1931, p. 4).

Ficava assim demarcada a ação das irmãs Melo como intelectuais engajadas por uma causa social, lutando pelos desvalidos, especialmente em apoio às mulheres necessitadas. O reconhecimento literário e jornalístico em muito serviu para que elas atuassem fortemente na mobilização da sociedade portuária no sentido de combater os focos de miséria e fome que assolavam a cidade. Escrevendo em prol da causa, atuando diretamente na Direção do Clube Beneficente de Senhoras, participando decisivamente nas atividades organizadas pela entidade ou utilizando o periódico que dirigiam como difusor dos princípios em torno da assistência e da caridade, Julieta de Melo Monteiro e Revocata Heloísa de Melo, apoiando a tantas que se dedicaram à causa, promoveram mais uma de suas frentes de luta, no combate às mazelas sociais típicas da primeira metade do século XX.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO
GRANDE

Fontes documentais:

ARTISTA. Rio Grande, 5 out. 1901, ano 39, nº 179, p. 2.

CORIMBO. Rio Grande, 21 out. 1901, ano 19, nº. 173, p. 4.

CORIMBO. Rio Grande, 15 set. 1904, ano 21, nº. 240, p. 3.

CORIMBO. Rio Grande, 3 out. 1905, ano 22, nº 236, p. 7.

CORIMBO. Rio Grande, 21 out. 1905, ano 22, nº 237, p. 7.

CORIMBO. Rio Grande, 1 nov. 1905, ano 22, nº. 238, p. 7-8.

CORIMBO. Rio Grande, 30 abr. 1907, ano. 23, nº. 267, p. 1-4.

CORIMBO. Rio Grande, 18 ago. 1907, ano 23, nº. 270, p. 5-7.

CORIMBO. Rio Grande, 30 nov. 1907, ano 23, nº. 274, p. 4-6.

CORIMBO. Rio Grande, 30 dez. 1916, nova fase, nº. 75, p. 3.

CORIMBO. Rio Grande, 15 fev. 1917, nova fase, nº. 78, p. 4.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

CORIMBO. Rio Grande, 15 mar. 1917, nova fase, nº. 80,
p. 4.

CORIMBO. Rio Grande, 30 mar. 1917, nova fase, nº. 81,
p. 4.

CORIMBO. Rio Grande, 15 abr. 1917, nova fase, nº. 82, p.
4.

CORIMBO. Rio Grande, 30 abr. 1917, nova fase, nº. 83, p.
3.

CORIMBO. Rio Grande, 15 ago. 1917, nova fase, nº. 90, p.
1.

CORIMBO. Rio Grande, 15 dez. 1917, nova fase, nº. 98, p.
4.

CORIMBO. Rio Grande, 30 dez. 1917, nova fase, nº 99, p.
3.

CORIMBO. Rio Grande, 31 maio 1918, nova fase, nº. 109,
p. 4.

CORIMBO. Rio Grande, 15 ago. 1918, nova fase, nº 114,
p. 3.

CORIMBO. Rio Grande, maio 1930, nova fase, nº 345, p.
4.

CORIMBO. Rio Grande, ago. 1930, nova fase, nº 348, p. 4.

CORIMBO. Rio Grande, ago. 1931, nova fase, nº 360, p. 4.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 2 ago. 1901, ano 53, nº. 140390, p. 2.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 3 ago. 1901, ano 53, nº. 140491, p. 3.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 6 ago. 1901, ano 53, nº. 140496, p. 2.

ESTATUTOS DO CLUBE BENEFICENTE DE SENHORAS. Rio Grande: Tipografia do *Eco do Sul*, 1902.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. A influência do jornalismo. In: *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 99-120.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANCO, Lúcia Castelo. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

COSTA, Carlos. *A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2012.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Dicionário de mulheres*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1999.

_____. *Dicionário de mulheres*. 2.ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil* (das origens aos anos 20). 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.

LAGES, João Marinônio Carneiro. O Clube Beneficente de Senhoras. In: AGORA. Rio Grande, 15 jul. 2011, ano 36, nº 9982, p. 4; 22 jul. 2011, ano 36, nº. 9988, p. 4; 25 jul. 2011, ano 36, nº. 9990, p. 4; 29 jul. 2011, ano 36, nº 9994, p. 6; 1 ago. 2011, ano 36, nº. 9996, p. 4).

LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco. *Mulheres para além do seu tempo*. Venda Nova: Bertrand, 1995.

LOUSADA, Isabel. Imprensa: amplificador da voz feminina. In: *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1.ª Repúblíca*. CML, 2010, p. 41-48.

_____. Carolina: por entre os itinerários da memória e da ciência. In: *Gaudium Sciendi* – Revista da Sociedade

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO
GRANDE

Científica da Universidade Católica Portuguesa, n. 2, jul.
2012, p. 108-117.

MINGOCHO, Maria Teresa Delgado. Nota prévia. In: *Actas do Colóquio Escrita de mulheres*. Coimbra, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 2005. p. 7-8.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A ascensão das mulheres no romance. In: ARRUDA, Aline Alves et al. (orgs.). *A escritura no feminino – aproximações*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. p. 17-27.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.

PRADA, Cecília. *A pena e o espartilho*. 2.ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2010.

PRIORE, Mary del. *Histórias da gente brasileira*. São Paulo: Leya, 2016. v. 2.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Revocata Heloísa de Melo. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2.ed. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 892-902.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.* 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul - primeiros apontamentos (1835-1945). In: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1980. p. 121-150.

Breves apontamentos sobre a origem e a trajetória do *Rio Grande do Sul* – o primeiro jornal castilhista da cidade do Rio Grande²⁵

Marcelo França de Oliveira*

Em um 19 de fevereiro no longínquo ano de 1737, José da Silva Paes cruzava a “barra diabólica” do Rio Grande para dar início a conquista e colonização do que hoje conhecemos como a cidade e que seria o nascedouro do estado do Rio Grande do Sul.

A cidade do Rio Grande, desde sua fundação, ocupou um lugar de destaque no cenário sul-riograndense, estado que deve sua existência a partir do estabelecimento oficial do povoamento luso-brasileiro nesse local em 1737. Em diferentes graus ao longo do tempo, esse destaque foi maior ou menor, mas, nunca ausente. São fatos históricos de amplo conhecimento, e se estende às áreas econômicas, artísticas, políticas,

²⁵ Este capítulo é uma versão revista e ampliada de Oliveira (2022).

* Doutor em História (UFPel); Doutor em História da Literatura (FURG).

científicas e culturais. Porém, em determinados eventos-chave da história do Rio Grande do Sul, sua relevância, ou antes, o papel que desempenhou, nem sempre recebeu o devido reconhecimento, e me sinto autorizado a citar, por exemplo, a sua proeminência durante a Revolução Federalista.

A gênese do movimento que resultaria na Revolução Federalista é difícil de ser precisada, mas, os eventos políticos do ano de 1891 parecem de significativa importância nesse contexto. Vejamos: em 5 de maio de 1891, realizaram-se as primeiras eleições no Rio Grande do Sul, que se caracterizaram, segundo Moacyr Flores, como uma “verdadeira farsa montada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), com os resultados já acertados antes da contagem dos votos” (Flores, 1997, p. 150). No mesmo ano, a Constituição estadual castilhista fora aprovada pelos deputados republicanos sem discussão, em 14 de julho, para coincidir com o aniversário da queda da Bastilha – marco importante do começo da Revolução Francesa, em 1789 – transformando o estado em “uma pequena pátria positivista” (Flores, 1997, p. 151), na qual as leis e os decretos passaram à competência do presidente do estado. A assembleia estadual reunia-se duas vezes por ano, apenas para discutir e aprovar o orçamento, sem atribuições legisladoras. Assim, Júlio de Castilhos foi eleito por essa assembleia por unanimidade e tomou posse em 15 de julho, permanecendo na presidência do estado por apenas quatro meses, até sua queda em novembro de 1891²⁶ (Flores, 1997, p. 151). Não debalde,

²⁶ Castilhos foi fortemente acusado de apoiar o golpe militar de Deodoro da Fonseca, ocorrido em 3 de novembro de 1891, e

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

foi o ano do surgimento do primeiro jornal castilhista na cidade do Rio Grande, o *Rio Grande do Sul*.

Os eventos, acima citados, agravariam ainda mais as tensões no estado, que já estava em grande instabilidade política e administrativa desde a recém instaurada República. Em três anos (de 15 de novembro de 1889 até 25 de janeiro de 1893) 16 presidentes se alternaram na presidência do estado (Franco, 1996, p. 59-131), o que evidencia tal instabilidade e o período fértil para análise dos embates discursivos através da imprensa da época. A saída de Júlio de Castilhos propiciou, pela primeira vez após o fim da Monarquia, a oposição - composta por republicanos dissidentes, em sua maioria, e até mesmo antigos liberais (Franco, 1993, p. 34) - assumir o governo do estado, sem, contudo, agir de forma coesa e organizada, tendo a efêmera duração de sete meses e sendo apelidado pelo próprio Castilhos de “governicho”, em violentos ataques em *A Federação*, depois de apeado do poder (termo regional pelo qual é referenciado ainda hoje pela historiografia). Com o fracasso do governicho e a volta de Castilhos em 17 de junho de 1892, ocorreu no Rio Grande do Sul efetivamente “a institucionalização republicana”. O período é marcado pela construção do sistema que Gunter Axt denomina como o “edifício jurídico” de sustentação do governo instaurado por Castilhos e o PRR e também pela neutralização da oposição e pela formatação do modelo institucional autoritário que culminaria na hegemonia castilhista, de 1893 até 1903, ano de sua morte (Axt, 2007, p. 97). Castilhos afirmou-se

isso resultou no movimento que causaria sua própria destituição do cargo de presidente do Rio Grande do Sul.

como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando o PRR, a administração pública, a política estadual e as situações municipais (Franco, 1996, p. 59-131), sem, contudo, evitar as oposições.

Do ponto de vista formal, a Revolução Federalista, a guerra em si, foi um dos maiores e mais dramáticos conflitos armados internos ocorridos na história do Brasil, contando, segundo a maioria dos historiadores e pesquisadores do tema, algo em torno de 10 a 12 mil mortos²⁷ em três dos estados mais ao sul da jovem federação brasileira: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e sendo tradicionalmente situada entre os anos de 1893 e 1895. Chamo de “revolução” por opção de tradição historiográfica, e também pela forma como fora tratada na época. A revolução, revolta, guerra civil, qualquer que seja o termo escolhido, não deve, contudo, ser reduzida apenas a este curto período temporal, uma vez que seus antecedentes remontam a antigas rivalidades reforçadas a partir da instauração da forma republicana no Brasil, bem como não se pode considerar totalmente encerrada após o armistício de 1895. E, tudo isso, retratado nas páginas dos jornais.

Notadamente, a imprensa rio-grandina foi uma das mais importantes tanto a nível estadual quanto nacional.²⁸ Pela sua importância estratégica, era desejável ao castilhismo que, onde não havia jornais

²⁷ Flores e Flores (2016, p. 124) afirmam que foram 12 mil mortos em 31 meses de guerra civil, nos três estados, mesmo número que atesta Escobar (1983, p. 339), mas este contabiliza um total de 28 meses. Já para Ferreira Filho (1978, p. 181) foram 10 mil mortos em 31 meses.

²⁸ Ver Oliveira, 2022, p. 133-136.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

declaradamente alinhados ao seu projeto, se fundasse uma folha, de modo a competir, junto à opinião pública, com as folhas “independentes” ou as declaradamente oposicionistas. No caso da cidade do Rio Grande, onde não havia um órgão sob controle castilhista, é que em 1º de junho de 1891 surge o *Rio Grande do Sul*, inicialmente autointitulado uma folha “neutra”, mas que já era percebida, pelos demais jornais em circulação, como um projeto claramente alinhado à figura de Castilhos.

O novo jornal possuía tipografia própria,²⁹ e era de propriedade de Reis, Bastos & C., mesma denominação empresarial da Tipografia Trocadero à época, que imprimia também outros jornais, como o *Corimbo* (Vieira, 1997, p. 32). Os titulares da sociedade eram Manoel Antônio Afonso Reis, médico³⁰ e político

²⁹ Sobre a propriedade da tipografia do *Rio Grande do Sul*, os dados foram obtidos no próprio jornal, que informa que o “estabelecimento está habilitado para receber qualquer trabalho a imprimir. Dispomos de abundante, rico e variado material para qualquer espécie de obra, por mais exigente que seja a encomenda” (*Rio Grande do Sul*, 1º/06/1891, p. 1). Essa “toda espécie de obra” refere-se a impressões inclusive de livros, conforme apurado na folha de rosto do livro *Guerra do Paraguai: memórias de Madame Dorotéia Duprat de Lasserre - versão e notas de J. Artur Montenegro*, onde se lê, na parte inferior: “Rio Grande do Sul - Editores: Reis, Bastos & C. - Tipografia Trocadero, 1893”. Tal livro, constante do acervo digitalizado da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, encontra-se disponível em https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5068/1/011816_COMPLETO.pdf Acesso 22 mar 2021.

³⁰ Na edição inaugural do *Rio Grande do Sul*, na seção “Avisos” já consta que “junto à Farmácia Godoy”, o médico “dr.

de destaque, membro da Junta Municipal na década de 1890,³¹ e José Bastos, comerciante, proprietário também do Chalet Bastos,³² instalado na praça Municipal (atualmente, praça Xavier Ferreira) e que servia, dada sua privilegiada localização, de ponto de encontro e de sociabilidades citadinas.

Manuel Antônio Afonso Reis [...] dá consulta diariamente, das 12 à 1 hora da tarde" (Rio Grande do Sul, 1º/06/1891, p. 1). O exíguo horário para o exercício da medicina sugere que boa parte do seu tempo era dedicada a outras atividades, como a comercial (sendo o empreendimento do jornal uma delas) e a política. Sobre a atuação de Afonso Reis como médico, em especial no enfrentamento de epidemias e na vacinação no Rio Grande, ver Cruz, 1998, p. 91-108.

³¹ A respeito de sua atuação política, no *Rio Grande do Sul* elas aparecem sutil e indiretamente, mas são mais destacadas pelo *Eco*, como analiso adiante (em especial durante as eleições municipais que aconteceram nesse mesmo ano de 1891). Além disso, seu nome consta nos livros de atas da Junta e do Conselho Municipal do município, que compreende os anos de 1891 a 1896 (LIVRO DE ATAS DA JUNTA DA CÂMARA E DO CONSELHO. Segunda reunião ordinária - 6^a sessão. Presidência do Sr. Dr. Afonso Reis, em 31 de agosto de 1893. Rio Grande: Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Grande, 1891-1896, e LIVRO DE ATAS DA JUNTA DA CÂMARA E DO CONSELHO. Nona Sessão. Presidência do Sr. Dr. Afonso Reis, em 15.10.1894. Rio Grande: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande, 1891-1896.), corroborando sua importância no cenário político local da época.

³² Esse estabelecimento era um misto de cafeteria, bar e armazém, que anunciava "sorvetes, biscoitos ingleses, leite 'puro', ameixas e azeitonas recentemente colhidas" (Rio Grande do Sul), 2/01/1893, p. 3)

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Nas primeiras edições, a folha não dá publicidade a quem é(são) o(s) seu(s) redator(es), limitando-se a informar que “a responsabilidade da redação só diz respeito aos artigos de sua lavra”, ficando subentendido, embora não explicitado, que se trata dos editoriais e demais notícias não assinadas, complementando que “todo artigo que vier pelas nossas colunas sob a rubrica especial de colaboração trará a responsabilidade do seu autor” (Rio Grande do Sul, 1º/06/1891, p. 1). Tal destaque quanto às responsabilidades está inserido no contexto legal vigente sobre a atividade jornalística, adotada a partir da instauração da república. O regramento desse período foi definido a partir do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, de 11 de outubro de 1890, “onde ficaram regulamentados os novos critérios delimitadores da liberdade de imprensa”, segundo Francisco das Neves Alves, que complementa:

O Código Penal, quanto à imprensa, apresentava uma nova modalidade na apuração dos responsáveis, era o sistema de solidariedade criminal, em substituição ao sistema de responsabilidade sucessiva do Código anterior. Deste modo, a nova legislação determinava que “nos crimes de abuso de liberdade de comunicação do pensamento”, seriam “solidariamente responsáveis o autor, o dono da tipografia, litografia ou do jornal e o editor”; também era considerado responsável, “o vendedor ou distribuidor de impressos ou gravuras”, quando não constasse quem era o dono do estabelecimento de impressão ou esse fosse “residente em país estrangeiro”. Segundo o

Código, nesses crimes “a ação criminal respectiva” poderia “ser intentada contra qualquer dos responsáveis solidários, a arbítrio do queixoso”; e garantia que “no julgamento destes crimes os escritos não seriam “interpretados por frases soltas, transpostas ou deslocadas”. A nova legislação buscava punir os crimes contra a existência política e a segurança interna da República e contra os direitos autorais, coibia também a calúnia e a injúria e previa as formas do uso ilegal da arte tipográfica, prevendo as respectivas punições às práticas criminosas.

[...]

No que tange às formas de julgamento e “às regras processuais, o novo regime federal as retirou da competência da União, confiando-as aos Estados, uma vez que a estes deixara a competência de prover à própria organização judiciária”. Desta maneira, o controle sobre os crimes de imprensa tornava-se ainda mais direto, tendo em vista a maior proximidade das autoridades regionais e locais, que, em cada unidade da Federação, seriam as responsáveis pela apuração dos possíveis delitos de imprensa (Alves, 2004, p. 17-19).

Logo, embora o Código Penal estabelecesse o sistema de solidariedade criminal, o *Rio Grande do Sul* se valia da falta de ordenamento legal do estado naquele período, (cuja Constituição só seria outorgada por Júlio de Castilhos em 14 de julho de 1891) para assumir a responsabilidade apenas pelos seu conteúdo assinado, eximindo-se da responsabilidade pela publicação de artigos de terceiros assim publicados (o que incluía, também, os pseudônimos adotados ou a figura dos

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

“correspondentes”, alguns revelados mais tarde, enquanto outros nunca tiveram sua identidade divulgada).



Figura 1: frontispício da edição inaugural do *Rio Grande do Sul*.

Fonte: reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

A edição inaugural do *Rio Grande do Sul* traz dupla saudação. A primeira, abrindo a folha, é “à imprensa”, e, a segunda, não imediatamente após, mas ainda em posição de destaque (encimando a terceira coluna da primeira página), é “ao público”.

À imprensa, a mensagem dizia que, apesar de “apartidário”, “livre” e “isento de paixões partidárias”, estavam “prontos para o *combate*”, dando início a um “trabalho árduo, nobre e nobilitador”, indicando que não haveria sacrifício que o detivesse: “não haverá contrariedade, obstáculo, *ataque* que nos arrefeça o ânimo” (grifos meus), destacando ainda que suas principais bandeiras, ou seja, as causas que defenderia mais ferrenhamente, seriam “a liberdade e a instrução”, rumo a um “progresso” que só seria possibilitado conjugando ambas as aspirações (Rio Grande do Sul, 1º/06/1891, p. 1). As palavras “*combate*” e “*ataque*” sugerem que a pretensa/suposta posição apartidária não significaria neutralidade por parte da nova folha, bem como o vocábulo “liberdade”, utilizado e reiterado ao

longo do seu programa, teria significado diferente do propalado, algo mais próximo do ideal que defendiam, do que de um conceito mais amplo do termo.

Ao público, apresenta o jornal que “é fruto de muito sacrifício, muito trabalho”, e que não foram poupadadas despesas, “tendo sempre em vista ser o mais útil possível aos que nos têm, e *principalmente ao comércio* que, fica dito já, terá sempre em nós um defensor, um propugnador do seu desenvolvimento, dos seus interesses” (grifos meus). Aqui há algo diferente não apresentado no programa dirigido à imprensa: sua terceira bandeira, a defesa do comércio, o que parece coerente uma vez que metade do espaço físico dos jornais da época era composto por anúncios e avisos comerciais. Informa ainda que “hábeis penas se encarregam da redação do *Rio Grande do Sul* (o jornal mais simpático deste resto do século XIX)”. Anuncia que possuía correspondentes “no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em Pelotas, em Bagé, em Portugal e em breve em S. Paulo, Minas, Pernambuco e outros lugares”, que eram “escritores que desde muito tem o seu nome gravado no quadro de ouro da literatura brasileira” (*Rio Grande do Sul*, 1º/06/1891, p. 1), sem, no entanto, nomeá-los. Desses, o que teria presença mais assídua e marcante, na primeira fase da folha, era o de Pelotas (cuja identidade ainda não havia sido revelada), personagem que terá análise mais detalhada nas páginas seguintes, não só em virtude de seus posicionamentos, mas também quanto às funções que viria a exercer.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

A repercussão do surgimento do *Rio Grande do Sul* na imprensa rio-grandina

O primeiro jornal castilhista rio-grandino será analisada, neste capítulo, por meio das páginas dos três maiores jornais rio-grandinos da época, a saber: *Artista*, *Diário do Rio Grande* e *Eco do Sul*.



Figura 2: frontispício do jornal *Artista*.

Fonte: reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

O *Artista* era um jornal diário, circulando por 50 anos. Fundado por operários oriundos do *Eco do Sul* (e daí advém o significado de seu nome, “artista”, no sentido de “artífice”, dada a ligação de seus fundadores com o ofício tipográfico e origem jornalística), Thomaz de Mello Guimarães, João Pinheiro de Lemos, Eulálio de Mello Guimarães, Antônio da Cunha Silveira e Francisco Pereira de Mello (Alves, 2002, p. 232).

Durante o período da transição monarquia/república, a folha oscilou entre a “neutralidade” e a indefinição editorial, percebida principalmente no ano de 1891, onde, ao passo que afirmava que “a ditadura prologava-se” e que a população deveria contrariar aquela situação, também foi o mesmo ano em que afirmou, provavelmente em virtude das medidas autoritárias de controle social e

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

político adotados pelo governo republicano no Rio Grande do Sul, de que se declarava “afastado da luta política” (Alves, 2002, p. 255).

Noticia a chegada do *Rio Grande do Sul* no mesmo dia da inauguração (1º/06/1891), limitando-se à uma saudação curta e reproduzindo brevíssimos trechos daquele programa:

Saiu hoje à luz da publicidade o novo jornal com o título que nos serve de epígrafe, de propriedade dos srs. Reis, Bastos & C. Em seu artigo-programa, diz o novel colega: [...]”

Agradecendo a delicadeza da saudação que dirige à imprensa, desejamos ao novo colega todas as prosperidades (Artista, 1º/06/1891, p. 2).

Nada mais cita sobre o novo jornal, nem a favor nem contra, tendo, portanto, uma postura “neutra” em relação ao órgão. Por isso mesmo, não o situa ligado a corrente político-partidária alguma.



Figura 3: frontispício do jornal *Diário do Rio Grande*.

Fonte: reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

O *Diário do Rio Grande* surgiu em 1848, e era um dos mais importantes jornais da província (e depois estado). Foi um dos primeiros jornais a ter circulação diária, e sua longevidade (teve fim em 1910) o fez

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

autoproclamar-se como o “decano da imprensa do Rio Grande” (ALVES, 2002, p. 157). Na instauração do regime republicano, a folha, através de editorial, dava sinais de aprovação à nova forma de governo, e, nas eleições estaduais de maio de 1891, declarava-se “neutro nas lutas dos partidos que disputam o triunfo das urnas, não se importando que fossem uns ou outros os vencedores” (Alves, 2002, pp. 186-190).

Em relação ao *Rio Grande do Sul*, contudo, teve uma primeira manifestação suscinta, para logo em seguida estabelecer uma das mais ferrenhas discussões com o concorrente, nas edições seguintes, rebatendo algumas das ideias defendidas por aquele jornal.

Ao contrário do *Artista*, a referência não sai à 1º de junho, mas no dia seguinte, e consistia em uma pequena nota:

Apareceu ontem o 1º número do jornal *Rio Grande do Sul*, [de] propriedade dos Sr.s Reis, Bastos e C. O seu programa pode-se dizer que está sintetizado nos dois seguintes períodos do seu primeiro artigo: [...] (Diário do Rio Grande, 2/06/1981, p. 2).

Nos dois breves parágrafos que dedica ao novo jornal, destaca o fato de que aquele se dispõe a “trabalhar pelo progresso material e moral do estado” e o trecho que a folha se diz “livre, porque não tem passado prendendo-lhe as ideias”. Ao final, escreve: “retribuímos a saudação que à imprensa dirige o colega”.

Nas edições dos dias 3 e 4 de junho de 1891, já aparece em editorial uma longa resposta ao artigo do

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

concorrente sobre a imigração, em tom crítico àquela postura, apresentando as primeiras manifestações de oposição, o que, ainda que não entrasse no mérito político-partidário, já dava o tom de uma certa oposição ao *Rio Grande do Sul*.

Nas edições dos dias 7 e 10 do mesmo mês, também em editorial (página 1) aparece nova divergência, agora sobre as questões da instrução pública, trazida com tons de ironia: “O *Rio Grande do Sul* continua a iluminar as suas colunas editoriais com os fachos luminosos que se irradiam do cérebro privilegiado de seu redator chefe”.

A polêmica se dava porque o *Rio Grande do Sul* afirmava haver muitas escolas, mas faltavam “professores habilitados e inspeção rigorosa”. O *Diário*, por sua vez, saía em defesa dos professores. Apesar de uma primeira manifestação econômica, logo nas edições seguintes o grande jornal rio-grandino já se apresentava como forte opositor e protagonizou longos e vigorosos embates durante os meses subsequentes, que, por fugir do propósito do capítulo, não será tratado aqui.

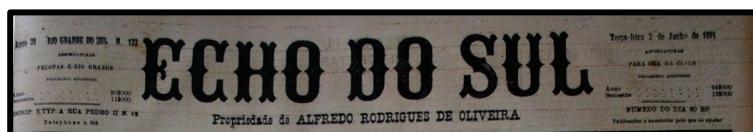


Figura 4: frontispício do jornal *Eco do Sul*.

Fonte: reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

O *Eco do Sul*, embora não tão antigo quanto o *Diário*, já estava estabelecido havia décadas e possuía

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

uma trajetória caracterizada por mudanças de orientações político-ideológicas ao longo dos anos. Surgiu na cidade de Jaguarão (as datas de fundação divergem entre 1856 e 1857), tendo sua transferência para a cidade do Rio Grande ocorrida em 1858. Nas primeiras décadas de existência, teve sua atuação política marcada pela indefinição, assumindo nas décadas seguintes uma vinculação mais explícita antiliberal, como durante a inversão partidária de 1868, onde os liberais saem do poder e ascendem os conservadores (Alves, 2002, p. 275). Instaurada a República, a folha abandona o dístico “órgão do Partido Conservador” e declara sua aceitação da nova forma de governo, ainda que ressalte sua “admiração pelo passado [monárquico]” (Eco do Sul, 21/11/1889, p. 1). Com a compra da empresa por Alfredo Rodrigues de Oliveira, a partir do final de janeiro de 1890 desencadeia-se uma gradativa mudança de sua postura editorial, dando início ao processo de ruptura com os governantes republicanos, quando a folha sugere uma “deturpação” do regime. Assim, os editores se declaram “republicanos pela pátria, e pela pátria estamos em oposição à ditadura. Combatemos com as armas da opinião esse governo que ressuscitou o extinto poder pessoal” (Eco do Sul, 16/03/1890, p. 1).

No dia seguinte ao surgimento do *Rio Grande do Sul*, o saúda em artigo cujo título era “Novo jornal”. Nomeia o periódico, a sociedade que era sua proprietária, e reproduz trechos do programa da nova folha, para em seguida apresentar suas primeiras críticas:

Vê-se que o ilustrado órgão, **parecendo sustentar o que é insustentável, a neutralidade da imprensa perante os acontecimentos políticos do país, apresenta-se como reformador de todos os usos e de todos os costumes**, neste meio social de *imprensa escravizada*.

O *Rio Grande do Sul* vai ser o único jornal livre, o único educador, o único a cimentar “a base de moralidade do povo”, na “luta pelo progresso, que é a luta em prol da liberdade, o combate em prol da instrução”.

Empenhado em tentame tão dignificador, o *Rio Grande do Sul* acrescenta, em outra coluna, depois de vibrar golpes violentos sobre as folhas que “calciam aos pés do patriotismo” e que devem ser “repelidas pelo público”: “se nos perguntassem qual o programa do *Rio Grande do Sul*, diríamos em poucas palavras: guerra sem tréguas aos que querem afugentar a paz da nossa terra; apoio a todos os que trabalham em favor da instrução popular”.

Apesar de novo, livre e independente, o *Rio Grande do Sul* **não descobre a sua redação**, não diz quais são os modernos lutadores da liberdade e da instrução, nesta época em que a imprensa tão desnorteada, cheia de ódios e de paixões ruins, mas quando é vencedor o princípio da abolição e do anonimato.

À digna folha, que tão galharda se exibe, endereçamos as nossas sinceras saudações, desejando-lhe longa vida e a maior prosperidade. Esta cidade só tem a lucrar com o aparecimento do *Rio Grande do Sul*. (Eco do Sul, 2/06/1891, p. 1) [grifos em itálico no original, em negrito os meus].

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Afirma que, como programa, não diz muito, mas que gostaria devê-lo implementado na prática, ou seja, a forma pela qual pretende o concorrente executar/promover as causas que afirma defender. Ironiza ainda a pretensa disposição do *Rio Grande do Sul* em ser um jornal “neutro”, ainda mais em virtude dos acontecimentos do país. Essa afirmação do *Eco* pode ter duas leituras, não excludentes: a primeira, que à imprensa não cabia, ou não era possível, manter a neutralidade: era necessário estar a favor ou contra o governo, apoiá-lo ou a ele ser crítico (nos âmbitos estadual e nacional); e, a segunda, de que, conhecedor do grupo proprietário e suas inclinações e vinculações político-partidárias, essa declarada neutralidade era apenas um discurso vazio. Crítica permeada de ironia aparece ainda quando comenta que o veículo representante do “novo” não “descobria” (revelava) sua redação, o que, de fato, não ocorreu. Como destacado, nenhum nome fora apresentado pelo *Rio Grande do Sul*, embora pareça bastante plausível que a redação do *Eco* tivesse conhecimento sobre os envolvidos no jornal concorrente, a julgar pelas críticas.

Mas, o golpe mais duro do *Eco* aparece na sua página 2, do mesmo dia. Sob o título “Escândalo na praça”, em letras grandes, dá publicidade a um fato que estaria ligado diretamente ao jornal rival, especificamente a um de seus sócios:

Deu-se escândalo, anteontem, no chalé ou quiosque da praça Municipal, e propriedade do sr. José Bastos, um dos associados da nova folha, o *Rio Grande do Sul*.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

Cinco tipos e duas mulheres de má fama ofereceram ao sr. José Bastos a quantia de 30\$000 para poderem gozar livremente dentro do quiosque, bebendo e patuscando em grande regabofe.

O proprietário do quiosque aceitou a proposta, mas por 50\$000, e deixou que no quiosque imperasse a orgia, o mais desenfreado bacanal.

As janelas do quiosque, quando na praça havia grande número de pessoas, famílias na maior parte, apareciam em afrontoso descaro os convivas da formidável pandega, o que ocasionou reprovação geral.

É escusado dizer que as famílias foram obrigadas a retirar-se da praça Municipal.

Aqui está uma bela tese para ser discutida pelo *Rio Grande do Sul* – liberdade e instrução! (Eco do Sul, 2/06/1891, p. 2).

A praça Municipal hoje corresponde à praça Xavier Ferreira, no centro da cidade do Rio Grande, como já dito. Devido à sua privilegiada localização, era um local de sociabilidades citadinas, grande circulação de pessoas e, por isso, de alta visibilidade. Qualquer fato destoante da normalidade que ocorria ali ganhava proporção e, obviamente, repercussão. Mas, parece que o *Eco* amplificou um acontecimento de maneira proposital para atacar o *Rio Grande do Sul*, na figura de um de seus sócios. Aproveitava para estabelecer ligações, e talvez, expor incongruências, entre as causas alegadamente defendidas pelo rival, e o que, na prática, se via. Liberdade parecia ser uma irônica forma de acusar libertinagem, e instrução seria o (mau) exemplo demonstrado. Foi, dos três jornais, o que mais

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

incisivamente se posicionou contrário à nova folha, estabelecendo um tipo de antagonismo que ganharia contornos bem mais incisivos nos anos seguintes, em especial na Revolução Federalista, que não é escopo do presente capítulo.

Em linhas gerais, o *Rio Grande do Sul*, embora não “oficialmente” ligado ao castilhismo, já era, na prática, recepcionado pelos seus colegas de imprensa como tal. À exceção do *Artista*, os outros dois jornais desde muito cedo já criticavam seu aparecimento e sua linha editorial, ora em longos debates rebatendo suas ideias, ora zombando de seu “amadorismo” ou mesmo intenções autopropagandas, desafiando o poder da máquina estadual pró-Castilhos que se cristalizava, em âmbito municipal, nas páginas do recém-fundado *Rio Grande do Sul*.

O alinhamento definitivo do *Rio Grande do Sul* ao castilhismo

O jornal castilhista, ao longo de sua existência, teve ferrenhos embates com seus pares rio-grandinos, destacadamente, o *Diário do Rio Grande*, em suas edições iniciais, mas, principalmente, com o *Eco do Sul*, folha abertamente antecastilhista.³³ Com esse último, houve apenas dois momentos de “trégua”, ambos no ano de 1891: entre julho a setembro, quando teve à frente de sua redação o “monarquista convicto” Mário de Artagão,

³³ Para mais detalhes, ver Oliveira (2023), que trata do enfrentamento do *Rio Grande do Sul* com o *Eco do Sul*, entre 1891 a 1895.

destacado jornalista e poeta,³⁴ e durante os eventos da Revolução de 8 de Novembro,³⁵ ao menos no seu princípio. Nunca houve, em suas páginas, crítica mais contundente a Castilhos. O mais perto disso foi uma tímida censura ao fato de o líder positivista ter apoiado Deodoro, mas, ainda assim, repleta de elogios ao “chefe” e sugestões de como poderia ter agido (*Rio Grande do Sul*, 18/12/1891, p. 1).

A partir da queda de Castilhos e da instauração do governo provisório, gradativamente o diário passa a se comportar como oposição ao que viria a ser chamado de “governicho”, posição que sustentou até Castilhos retornar ao poder, em junho de 1892, com um novo golpe, aproveitando-se da fragilidade política e da desunião dos grupos que se revezaram no poder desde novembro de 1891.

Quando Castilhos retoma o poder, imediatamente o repassa a seu vice, Vitorino Monteiro. Dedica-se, então, a reorganizar sua base de apoio e peregrina o estado para fortalecer seu personalismo. Nesse périplo, um dos seus destinos é sua visita à cidade do Rio Grande.

³⁴ Sobre Mário de Artagão, ver Alves (2016).

³⁵ Movimento em resposta ao golpe de Deodoro da Fonseca, que havia dissolvido o Congresso em 5 de novembro, e que teve, na cidade do Rio Grande, seu epicentro, envolvendo sociedade civil, militares e a imprensa (incluindo o *Rio Grande do Sul*) levantando-se contra o ato de Deodoro. Sua importância se deu, em âmbito regional, na sua primazia, propagação e confluência de forças com outras cidades fronteiriças e que levaria a queda de Júlio de Castilhos, apoiador do golpe.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Desejada e festejada por uns, indesejada e execrada por outros, assim se deu a visita de Júlio de Castilhos ao município. Como figura tão carismática quanto polêmica, que desperta em igual proporções amores e ódios, é coerente pensar que não seria um evento qualquer, e mereceu dias e dias de embates através das folhas antagônicas, como é de se supor. Muitos deles foram prolongamentos e repetições, então vou concentrar minha análise ao que considero aspectos mais relevantes nos discursos veiculados sobre o episódio.

Naturalmente, o *Rio Grande do Sul* dedica a sua publicação de 10 de agosto de 1892 como uma edição comemorativa a visita de Castilhos à cidade, estampando, centralizada e com bordas que lembram folhas de louros (símbolo associado a glória e a vitória), um retrato em destaque do seu líder (figura 5).

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

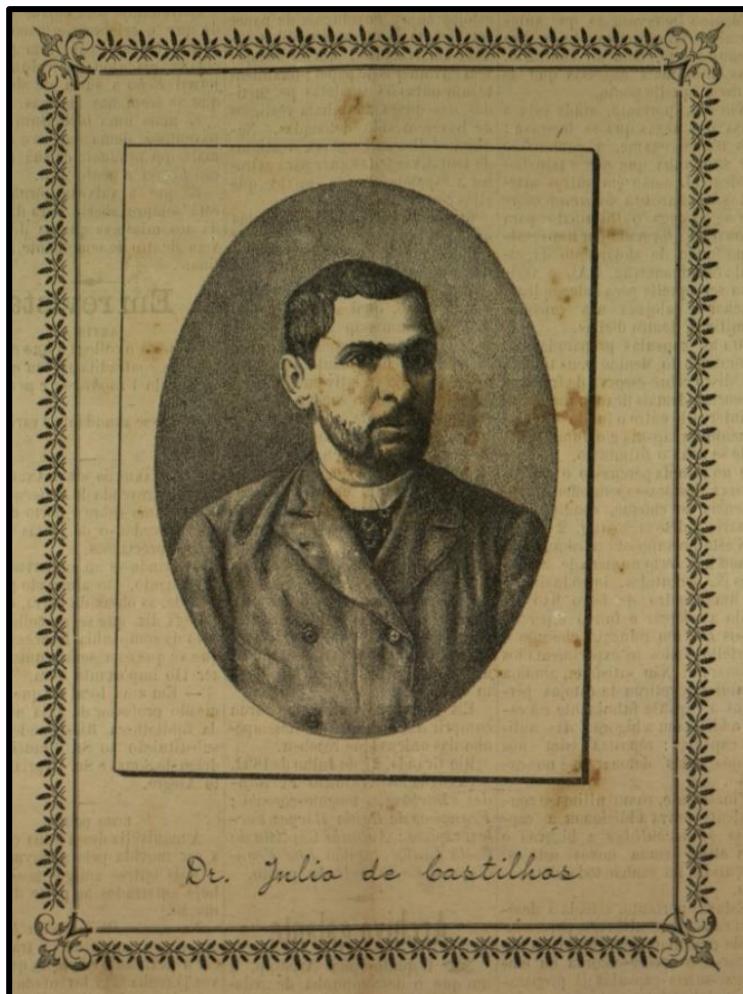


Figura 5: Efígie em homenagem a visita de Júlio de Castilhos
pelo Rio Grande do Sul

Fonte: *Rio Grande do Sul*, 10/08/1892, p. 1 / reprodução a
partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Tal inserção era raríssima nas páginas do jornal, e a primeira dedicada a uma pessoa.³⁶ Após várias odes ao líder republicano, afirma que a folha, “**que aqui representa as doutrinas republicanas**, veste-se de gala neste dia solene em que o benemérito patrício se hospeda nesta cidade”, completando que “associando-se intimamente aos festejos que se vão realizar em homenagem a tão distinto cidadão, dá nesta página o seu retrato como um sincero preito da alta admiração e grande estima que o liga à pessoa do valente patriota” (Rio Grande do Sul, 10/08/1892, p. 1).

Logo após outros artigos laudatórios, traz uma informação de que “as despesas da revolução” (que teve Castilhos vitorioso e não a de 8 de Novembro) foram pagas “às expensas particulares” na localidade de Santa Cristina (um distrito de Parobé), para contrastar com os pedidos de indenização pagos pelo estado, fato questionado pelo jornal na época da Junta Governativa. Não trata, porém, se todas foram pagas dessa maneira ou apenas da inexpressiva localidade. Outro aspecto referenciado na edição comemorativa é sobre a diferença do presente em relação “ao tempo do governicho de Gumercindo e seus amigos” (Rio Grande do Sul, 10/08/1892, p. 2). Pela primeira vez Gumercindo Saraiva é apontado como um líder da oposição, e não mais Barros Cassal ou mesmo Joca Tavares, o que seria mais lógico em um primeiro momento. Sua menção como “chefe” da Junta Governativa não corresponde aos

³⁶ Em outra oportunidade, o *Rio Grande do Sul* ilustrou sua capa com a imagem do navio Solimões, que havia naufragado, como “homenagem às suas vítimas” (Rio Grande do Sul, 16/06/1892, p. 1).

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

fatos, uma vez que ele não teve participação política no comando estadual. Talvez, a explicação resida no fato de seu crescente protagonismo (e, portanto, perigo), que seria verificado mais tarde, durante a eclosão da Revolução Federalista.

Na edição seguinte, a primeira e parte da segunda página foi de novas louvas de entusiasmo e elogios à figura e à própria visita de Castilhos. Na segunda página, sob o título “Manifestação” relatou com detalhes os preparativos, a chegada, as manifestações e também as ocorrências da passagem do líder do PRR pela cidade. Em um subtítulo pequeno denominado “Incidente”, narra:

*Quando o Sr. Dr. Júlio de Castilhos proferia
o seu discurso e tratava da exploração
realizada pelos federalistas, por ocasião da
revolução de 8 de Novembro contra o ato do
general Deodoro, ouviu-se um “não
apoiado” que o interrompeu por alguns
momentos e a detonação de um tiro que não
se sabe de onde partiu.*

*Houve então um pequeno rebuliço e
dispersão de povo, por alguns instantes,
serenando tudo imediatamente e
continuando o orador o seu discurso entre
calorosos aplausos.*

*Ao terminar o seu discurso o Sr. Dr. Júlio
de Castilhos incorporou-se aos
manifestantes dirigindo-se pela rua Pinto
Lima e seguindo pela rua Demétrio Ribeiro.*

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Ao enfrentarem ao Café 24 de Maio, da janela daquele edifício onde se achavam diversas pessoas ouviu-se alguns gritos insultuosos.

Então diversos populares dirigiram-se para dentro do café onde deu-se troca de tiros.

*Terminado o **incidente** continuou a coluna popular, percorrendo aquela rua até a Francisco Marques [...] (Rio Grande do Sul, 11/08/1892, p. 2) [grifos meus].*

Assim, contemporiza e não dá grande destaque aos “incidentes”, tanto do discurso quanto da caminhada, especialmente ao do Café 24 de Maio, embora noticiasse que houve “troca de tiros”, o que não era normal nem para a época, ainda mais em tempos de “paz” como propalava o jornal. Está cristalizado, em definitivo, seu alinhamento castilhista.

O fato de ser uma folha governista, aparentemente, não era o suficiente para ter um lastro financeiro que tornasse a empresa sustentável financeiramente. Prova disso são suas constantes mudanças (por exemplo, tentativas “desesperadas” de angariar novos assinantes) e alteração do seu horário de circulação (passou de folha matutina para vespertina),³⁷ além das tentativas (algumas efetivadas) de venda e/ou troca de comando.

Nesse sentido, um assunto que o *Eco do Sul* explorou em 1893, para mostrar ao seu público que as folhas castilhistas “não se sustentavam” porque “lhes

³⁷ Sobre essas mudanças, ver Oliveira (2023).

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

faltavam leitores”, foi sobre as tratativas de vendas tanto do *Rio Grande do Sul* quanto do *Diário Popular* (jornal governista da cidade de Pelotas), usando da ironia, como era seu costume, para tratar do tema.

No artigo “Em leilão”, reproduz parte da matéria do próprio concorrente (que publicou, efetivamente, o trecho exatamente igual, ou seja, o *Eco* não alterou/adulterou nada):

O que se passou foi o seguinte: já há dias que me procuram os Srs. Francisco José Camboim Filho, advogado desta cidade e Abrilino Moncorvo, proprietário da Tribuna Federal, de Pelotas, com o fim de arrendarem a minha tipografia onde, por espaço de 15 meses, com grandes sacrifícios, publiquei o S. José do Norte. Não me convindo a proposta desses senhores para o arrendamento, porque estou em trato para vendê-la e recordando-me que em conversa que tive com o meu particular amigo Dr. Manoel Afonso Reis, este me dissera que se aparecesse um comprador que oferecesse vantagens, venderia o Rio Grande do Sul, e falou-me em 16 ou 18 contos de réis. Propus àqueles senhores o negócio, que eu me encarregaria de procurar realizá-lo, ao que eles acharam exorbitante e nada mais se passou (Eco do Sul, 17/06/1893, p. 2).

O artigo original, no *Rio Grande do Sul*, era para refutar que a folha estivesse em leilão, mas “à venda”, o que seria bem diferente, apesar de que, o mesmo proprietário da tipografia que publicava o jornal

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

mencionado, também era leiloeiro, fato esse que motivou a alegação da folha federalista, que ainda afirma saber, “há bastante tempo” ter sido, “por várias vezes, e a diferentes cidadãos, oferecido à venda o *Rio Grande do Sul*”. E prossegue: “depois de sabermos tudo isso, vindo ao nosso conhecimento que o Sr. Aurélio Forte também queria vender o órgão governista, concluímos que este achava-se ao *a quem mais der*” ironizando o rival. Os supostos problemas de caixa já foram explorados em capítulo anterior, com o envio compulsório visando o aumento de assinantes, a transformação em jornal vespertino, etc., demonstram que o diário castilhista existia com o propósito de ser um “órgão oficial” (ainda que, à essa época, não utilizasse o termo) da propaganda castilhista, e não uma empresa necessariamente rentável.

No mesmo dia, na breve nota “O jornaleco do Sul!” assim mesmo, sem jogo de palavras, o *Rio Grande do Sul* apenas diz que o concorrente quer “aparecer às suas custas” e que não dará mais assunto sobre a sua referida venda, dando por encerrado o assunto (*Rio Grande do Sul*, 17/06/1893, p. 2).

Em 24 de junho, ou seja, bem próximo da notícia da intenção de venda da folha castilhista rio-grandina, o *Eco* agora noticia sobre o *Diário Popular*. Sob o título “Estão se acabando”, publica:

Mais depressa que o órgão governista desta cidade, o seu correligionário de Pelotas, o Diário Popular, vai passar à nova propriedade.

[...]

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

*Aí temos, pois, a confirmação do que há dias
dissemos sobre a liquidação das folhas
governistas. Falta-lhes o apoio moral, adeus
recursos financeiros.*

Acabam-se!

*A organização de companhias, a transação
entre amigos, ou a oferta a quem mais der, é
a tabua salvadora que lhes resta.*

*As tetas governistas exaurem-se; o governo
não pode esquecê-las; elas, abutres com as
asas geladas pela indiferença pública,
apenas rastejam... (Eco do Sul, 24/06/1893,
p. 2).*

Se houve resposta do *Diário Popular*, não foi transcrita, como era de costume, pelo “correligionário” local. Fato é que o *Rio Grande do Sul* não dedicou nenhuma linha sequer para tratar do assunto.

Sobre as vendas e especuladas dificuldades financeiras dos jornais situacionistas, alguns números podem ajudar a elucidar a questão, se for levada em conta o caso do diário castilhista rio-grandino, que é meu objeto:

Nesse período em específico, segundo informações de seu frontispício, o *Rio Grande do Sul* não tinha a opção de assinatura para Pelotas ou outras localidades, somente "para a cidade" e custava 18\$000 a assinatura anual e 9\$500 a semestral, com valor avulso de 100 rs. Não publicava aos domingos e feriados. No seu surgimento, havia as opções "para a cidade" (16\$ ao ano, 9\$ ao semestre) e "para fora" (20\$ ao ano, 10\$ ao

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

semestre), custando 60 rs. o número avulso no surgimento. Já o *Eco*, que publicava naqueles dias, oferecia durante todo o período analisado as opções "Rio Grande e Pelotas" ao preço de 20\$000 ao ano e 10\$000 o semestre (este valor em 1893 e 1894, pois em 1891-92 o semestre era comercializado a 11\$), e "para fora" por 24\$ e 12\$, respectivamente, além de informar o valor avulso, de 100 rs., e "atrasado" (edições anteriores) a 200 rs. Em 1891, na época da fundação do *Rio Grande do Sul*, o valor avulso também era 60 rs. Ou seja, mesmo em oposição, o *Eco* podia ter suas assinaturas "mais caras" em relação ao rival, o que significa que tinha público para tal, senão fatalmente "ajustaria" seus preços. Outro fator que aponta no mesmo sentido é sua presença forte (em assinantes) pelo menos na cidade vizinha, e ter aumentado a tiragem, ao menos uma vez no período do recorte, fato que não se gabou o concorrente. Parecia ser um jornal mais "saudável" economicamente do que seus rivais, que estavam "se acabando".

O propalado "grande número de subscritores", que o *Rio Grande do Sul* menciona ter (sem, contudo, revelar o número) nas cidades de "Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, Jaguarão, Bagé, Cachoeira do Sul, Santa Maria, São Jerônimo, Herval" além da metropolitana São Leopoldo e da capital, Porto Alegre, além de "outras localidades do estado", "como se evidencia pelas remessas diárias" que alegadamente fazia pela repartição dos Correios" (*Rio Grande do Sul*, 2/06/1893, p. 1) parecia mais uma propaganda de que seria um bom negócio adquiri-lo. Além disso, se forem consideradas suas despesas operacionais de 1892, na casa dos 30 contos de réis, vendê-lo por 16 ou 18 contos seria uma admissão de prejuízo.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

Em abril de 1894, conforme previsto pelo *Eco*, a folha castilhista era finalmente vendida. Na brevíssima nota, também comunica a troca de comando, permanecendo um dos sócios originais (Manoel Afonso dos Reis), com o acréscimo de novo sócio, também redator, ambos substituindo Francisco de Paula Pires na função, que aliás estava “em vacância” desde 14 de julho de 1893, a última que creditara seu nome no frontispício do jornal. A partir daí, o espaço antes ocupado pelo seu nome passou a figurar em branco a partir da edição seguinte, 20 de julho de 1893. Essa pausa entre os dias 15 e 19 chegou a ser anunciada pelo jornal, na edição do dia 14, sem maiores explicações, provavelmente pela ausência de um redator-chefe e enquanto se buscaria substituto.

No dia 2 de maio, quando reaparece, no editorial “Ao público”, informa que a nova empresa (Pimentel & Reis) é fruto da sociedade entre o antigo sócio Manoel Antônio Afonso Reis e o recém admitido Fernando Antônio de Almeida Pimentel. Diz que empreendem a tarefa árdua de manter o jornal em “momento de tamanha gravidade”, em “situação tão dolorosa para a pátria”. O programa aparece logo a seguir:

Os nossos intuitos

Todo jornal tem um programa que obedece a certa ordem de princípios, em torno dos quais se desenvolve a atividade mental de sua redação.

[...]

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Daí deduz-se a verdade incontrastável que imprensa sem política ou política sem imprensa, são paradoxos inaceitáveis, anomalias credíveis unicamente por os que não possuem uma compreensão mais ou menos nítida dos mais simples fenômenos sociais.

Subordinado a esta orientação, o Rio Grande do Sul, deixando de ser uma folha partidária, esposará, todavia, incondicionalmente os princípios republicanos [...].

Adeptos da república federal presidencialista, dispostos a bater-nos por esses princípios, no seio dos quais, nos parece, a despeito de nossas deploráveis conturbações políticas, existir o remédio preciso para todos os males que afligem esta generosa pátria. (Rio Grande do Sul, 2/05/1894, p. 1) [grifos meus]

No programa não aparece o termo “neutro”, que marcara o surgimento do jornal. Se antes era “apartado” das lutas partidárias, e “isento das paixões políticas”, nesse momento assume mais claramente seu posicionamento político, embora fosse já há tempos posto em prática, mesmo no seu início, só estava fora do seu programa oficial, agora explícito. Não se considerava um órgão “partidário”, embora os termos que defendia o credenciasse como tal.

Logo a seguir, traz “um apelo”, como subtítulo, no qual pede o auxílio dos leitores: “não desconhecemos que a carestia da vida, tornando difícil e quase

insuportável a existência das classes produtoras”, que, por sua vez, “torna crítica e precária a situação da imprensa, pelo cerceamento fatal de muitos elementos que, em épocas mais favoráveis, concorreriam em favor de sua sustentação”.

Era uma tentativa de “viabilizar” economicamente o jornal. O termo “apelo” é significativo. No mesmo sentido, e na mesma edição, uma nota em destaque cujo título era “Aos nossos assinantes”, diz: “rogamos aos nossos assinantes que se acham em atraso com o *quantum* de suas assinaturas e contas o obséquio de satisfazerem quanto antes o seu débito na Tipografia Trocadero, dos Srs. Reis, Bastos & C.” (Rio Grande do Sul, 02/05/1894, p. 2). As receitas dos assinantes atrasados, como se vê, não fez parte do negócio nem seria agregado ao “patrimônio” da nova empresa, e sim como “direitos” da antiga proprietária.

Na edição do dia 14 de junho, uma nova (suposta) troca de comando, pouco mais de um mês depois. É a última edição em que aparece como propriedade de Pimentel & Reis, com os mesmos creditados como redatores e, como noticiarista, José Maria Moraes. Na edição seguinte, de 16 de junho de 1894, um sábado, aparece já como “Órgão do Partido Republicano”, ainda vespertino, e com a informação de propriedade “de uma associação” e no espaço onde outrora nomeava seus redatores, há agora somente o termo “diversos”, sendo mantido o noticiarista. Na edição de 18 de junho de 1892, aparece o nome de Alípio Cadaval como redator, mudando a denominação para “diretor” a partir da edição de 4 de dezembro de 1894 e suprimindo a menção à função de “noticiarista”, em seu lugar constando como “secretário” a volta (pelo menos

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

nos créditos) de F. de Paula Pires, seu antigo redator. Ou os sócios retiraram-se, ou venderam ao PRR, ou apenas omitiram seus nomes por alguma razão não explicitada.

Sobre os dois dias em que deixou de circular, dias úteis, não são mencionados os motivos para tal nem a suposta troca de comando e/ou propriedade. Porém, o indício que houve mudança, pelo menos administrativa e não apenas a omissão de seus donos, é verificada nos preços e modalidades de assinaturas. Na véspera, aparecem somente dois planos, anual e semestral, sendo 18\$ para o primeiro e 10\$ o segundo, (ambos para a cidade), e 20\$ (anual) e 10\$, (semestral), respectivamente, “para fora”.

Na mudança, constavam os novos planos “para a cidade”, anual, semestral, trimestral e mensal (20\$, 10\$, 5\$ e 2\$, respectivamente, e “para fora”, anual (22\$) e semestral (11\$), sendo este em “pagamento adiantado”, conforme destacado em seu frontispício. O número avulso conservou-se a 100 réis.

A essa altura, também, o termo “maragato” é amplamente empregado pela folha para se referir aos federalistas, como é verificado nas matérias “generais maragatos”, “sempre os mesmos” e “ prisão de um chefete”, por exemplo (Rio Grande do Sul, 14/06/1894, p. 1-2). Além disso, notícia que fora preso na capital federal um “maquinista da estrada de ferro Central do Brasil” em cuja casa haviam sido guardadas “quatro bandeiras monárquicas, que deveriam servir em momento dado, segundo uma carta encontrada” e na qual um amigo do preso “pedia entregar-lhas, porque em breves dias teria necessidade delas.” (Rio Grande do Sul, 16/06/1894, p. 2). Mudavam donos, redatores, noticiaristas, diretores, logotipo, planos de assinatura,

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA**

turno do dia de veiculação, tudo, menos as velhas práticas de atribuir aos adversários a pecha de monarquistas. Era o castilhismo em sua mais pura essência. Mudando, trocando de mãos, tudo no seu intento de continuar vivo e cumprindo seu papel de “folha oficial”, defendendo os interesses de Castilhos e marcando posição de seu grupo político na cidade do Rio Grande.

Não resistiu muito, porém. Em 1897, saía de cena em definitivo, com o encerramento de suas atividades. Durante o período mais crítico, porém (queda e ascensão de Castilhos e durante a Revolução Federalista), cumpriu fielmente seu papel.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes:

Periódicos:

Artista

Diário do Rio Grande

Eco do Sul

Rio Grande do Sul

(todos os periódicos acima estão disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense).

Documentos:

LIVRO DE ATAS DA JUNTA DA CÂMARA E DO CONSELHO. Nona Sessão. Presidência do Sr. Dr.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Afonso Reis, em 15.10.1894. Rio Grande: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande, 1891-1896.

LIVRO DE ATAS DA JUNTA DA CÂMARA E DO CONSELHO. Segunda reunião ordinária - 6^a sessão. Presidência do Sr. Dr. Afonso Reis, em 31 de agosto de 1893. Rio Grande: Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Grande, 1891-1896.

Bibliografia:

Alves, F. N. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

Alves, F. N. *Por uma imprensa livre: a luta dos jornais riograndinos contra o cerceamento à liberdade de expressão*. Rio Grande: FURG, 2004.

Axt, G. Coronelismo Indomável: O Sistema de Relações de Poder. In: *República Velha (1889-1930) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. - v.3 t.1 - Coleção História Geral do Rio Grande do Sul Passo Fundo: Méritos, 2007.*

Ferreira Filho, A. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

Flores, M. *História do Rio Grande do Sul*. 6^a. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.

Flores, M.; Flores, H. A. H. *Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2016.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, LUCIANA COUTINHO
GEPIAK E MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

Franco, S. C. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

Oliveira, M. F. O jornal Rio Grande do Sul e a recepção do primeiro jornal castilhista pela imprensa rio-grandina (1891). In: Alves, F. N.; Oliveira, M. F. *Reflexões acerca da Revolução Federalista: ensaios históricos*. Lisboa, Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO / Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2022.

Oliveira, M. F. *Uma história da Revolução Federalista: o confronto discursivo dos jornais Rio Grande do Sul e Eco do Sul (1891-1895)*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2023.

Vieira, M. S. *Atuação literária de escritoras no Rio Grande do Sul: um estudo do periódico Corimbo, 1885-1925*. Dissertação. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta e a Biblioteca Rio-Grandense reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amalgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA

www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



ISBN: 978-65-5306-043-2